



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS**

LUIZ HENRIQUE LEMOS FERREIRA

**ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DE UMA OPERADORA DE SAÚDE ANTES
E DURANTE A PANDEMIA.**

**RECIFE
2023**

LUIZ HENRIQUE LEMOS FERREIRA

**ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DE UMA OPERADORA DE SAÚDE ANTES
E DURANTE A PANDEMIA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis, sob orientação do professor Vitor Emanuel de Lyra Santos Navarrete.

**RECIFE
2023**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Ferreira, Luiz Henrique.

Análise econômico-financeira de uma operadora de saúde antes e durante a
pandemia. / Luiz Henrique Ferreira. - Recife, 2023.
53 p., tab.

Orientador(a): Vitor Emanuel Navarrete

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Contábeis -
Bacharelado, 2023.

Inclui referências, apêndices, anexos.

1. Pandemia. 2. Análise Econômico Financeira. 3. Indicadores. I. Navarrete,
Vitor Emanuel . (Orientação). II. Título.

330 CDD (22.ed.)

FOLHA DE APROVAÇÃO

Luiz Henrique Lemos Ferreira

ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DE UMA OPERADORA DE SAÚDE ANTES E DURANTE A PANDEMIA.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovado em 28 de setembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente

 **VITOR EMANUEL DE LYRA SANTOS NAVARRETE**
Data: 18/01/2024 09:17:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.(a). Vitor Emanuel de Lyra Santos Navarrete
Universidade Federal de Pernambuco

Documento assinado digitalmente

 **ALESSANDRA PRAZERES CEZARIO**
Data: 29/01/2024 09:19:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.(a). Alessandra Prazeres Cezário
Universidade Federal de Pernambuco

Documento assinado digitalmente

 **FILIFE COSTA DE SOUZA**
Data: 18/01/2024 09:24:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.(a). Filipe Costa de Souza
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus por me conceder a força e a perseverança necessárias para concluir esta jornada acadêmica.

À minha família, meus queridos pais, André e Andrea, que sempre estiveram ao meu lado, apoiando e incentivando cada passo que dei. Sem a educação sólida que me proporcionaram e o amor incondicional que sempre me deram, nada disso seria possível. Aos meus irmãos, Ana Celina e Luiz Felipe, que compartilharam comigo cada desafio e triunfo ao longo dessa jornada.

À minha amada namorada e companheira, Maria Júlia, que esteve sempre presente, me apoiando nos momentos difíceis e sendo meu maior incentivo nos momentos de necessidade. Sua presença foi um alicerce fundamental para o meu sucesso.

Quero estender meus agradecimentos a todos os meus familiares e amigos que me apoiaram e encorajaram ao longo desses anos.

Agradeço especialmente ao meu orientador, Vitor Emmanuel de Lyra, cuja orientação e expertise foram cruciais para o sucesso deste trabalho. Seu comprometimento, sabedoria e paciência foram fundamentais para minha formação acadêmica e para a conclusão deste TCC.

Às amigas que conquistei na faculdade, quero expressar minha gratidão. Juntos, enfrentamos desafios acadêmicos, compartilhamos conhecimento e experiências que enriqueceram minha jornada acadêmica.

Por fim, agradeço a todos os professores, colegas de curso e demais pessoas que contribuíram para o meu crescimento pessoal e profissional ao longo desta jornada.

A todos vocês, o meu mais profundo agradecimento por fazerem parte desta conquista e por me ajudarem a alcançar este momento tão significativo em minha vida. Suas presenças e apoio foram fundamentais, e serei eternamente grato.

RESUMO

A pandemia de Covid-19 emergiu como um desafio sem precedentes na história recente da humanidade, devido à sua natureza como uma crise global de saúde pública. A crise não apenas ameaçou vidas, mas também exerceu efeitos significativos sobre as condições financeiras de diversas esferas, dessa forma observou-se uma necessidade de analisar os impactos que essa pandemia causou as operadoras de saúde. Esta monografia tem como objetivo realizar uma análise econômico-financeira de uma Operadora de Plano à Saúde de grande porte, com sede na região Nordeste, na modalidade de medicina em grupo, comparando seu desempenho antes e durante a pandemia de Covid-19. O seguinte trabalho se justifica pela pouca quantidade de estudos e trabalhos realizados na área de uma análise econômico-financeira de operadoras de planos de saúde. Para a análise foram calculados indicadores de Liquidez corrente, endividamento total, capital de terceiros sobre o capital próprio, rentabilidade sobre o capital próprio, rentabilidade sobre o ativo total, margem de lucro líquido, e alguns dos indicadores mínimos para monitoramento da situação econômico-financeira das operadoras de saúde recomendados pela RN Nº 518 de 2022. A pesquisa é classificada como descritiva, e os resultados revelaram que durante o período de 2020 obteve resultados positivos comparados com os anos de 2018 e 2019 devido ao aumento das operações com planos de assistência à saúde e redução das despesas devido à redução dos atendimentos eletivos. No ano de 2022, os índices caíram de maneira leve devido as movimentações societárias, entretanto quando olhamos para o índice EBITDA, observamos que houve uma melhora nesse indicador, demonstrando que naquele ano as operações principais foram mais lucrativas.

Palavras-chave: Análise econômico-financeira. Operadora de Plano à Saúde. Pandemia.

ABSTRACT

The Covid-19 pandemic has emerged as an unprecedented challenge in recent human history due to its nature as a global public health crisis. This crisis not only threatens lives but also exerts significant effects on the financial conditions of various sectors. Therefore, there was a need to analyze the impacts that this pandemic caused to healthcare providers. This monograph aims to conduct a comprehensive economic and financial analysis of a large healthcare provider based in the Northeast region of Brazil, operating in the group medicine modality, comparing its performance before and during the Covid-19 pandemic. This work is justified by the limited number of studies and research conducted in the area of economic and financial analysis of healthcare providers. For the analysis, several indicators were calculated, including current liquidity, total indebtedness, third-party capital to equity ratio, return on equity, return on total assets, net profit margin, and some of the minimum indicators recommended for monitoring the economic and financial situation of healthcare providers by RN No. 518 of 2022. The research is classified as descriptive, and the results revealed that during the year 2020, the company achieved positive results compared to 2018 and 2019 due to increased operations with healthcare plans and a reduction in expenses due to a decrease in elective procedures. In 2022, the indices declined slightly due to corporate transactions; however, when we look at the EBITDA ratio, we observe an improvement in this indicator, demonstrating that in that year, core operations were more profitable.

Keywords: Economic and financial analysis. Healthcare provider. Pandemic.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Resultado Líquido do período	26
Figura 2 - Margem de lucro líquido	28
Figura 3 - Sinistralidade	29
Figura 4 - Percentual de despesas administrativas em relação às receitas de contraprestações	30
Figura 5 - Percentual de despesa comercial em relação à receita de contraprestações	31
Figura 6 - Retorno sobre o patrimônio líquido	32
Figura 7 - Retorno sobre o ativo total	33
Figura 8 - Liquidez corrente	34
Figura 9 - Endividamento geral	35
Figura 10 - Capital de terceiros sobre o capital próprio	36
Figura 11 - Índice de resultado financeiro	37

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Indicadores Financeiros	20
Tabela 2 - Resultado do período em R\$	25
Tabela 3 - Margem de lucro líquido	28
Tabela 4 - Sinistralidade	29
Tabela 5 - Percentual de despesas administrativas em relação às receitas de contraprestações	30
Tabela 6 - Percentual de despesa comercial em relação à receita de contraprestações	31
Tabela 7 - Retorno sobre o patrimônio líquido	32
Tabela 8 - Retorno sobre o ativo total	33
Tabela 9 - Liquidez corrente	34
Tabela 10 - Endividamento geral	35
Tabela 11 - Capital de terceiros sobre o capital próprio	36
Tabela 12 - Índice de resultado financeiro	37
Tabela 13 - Indicadores calculados	38
Tabela 14 - EBITDA	39
Tabela 15 - Balanço Patrimonial 2018	46
Tabela 16 - Demonstração do resultado do exercício 2018	47
Tabela 17 - Balanço Patrimonial 2019	47
Tabela 18 - Demonstração do resultado do exercício 2019	48
Tabela 19 - Balanço Patrimonial 2020	49
Tabela 20 - Demonstração do resultado do exercício 2020	50
Tabela 21 - Balanço Patrimonial 2021	51
Tabela 22 - Demonstração do resultado do exercício 2021	52
Tabela 23 - Balanço Patrimonial 2022	53
Tabela 24 - Demonstração do resultado do exercício 2022	54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ANS** - Agência Nacional de Saúde Suplementar
- BP** - Balanço Patrimonial
- CT/CP** - Capital de terceiros sobre o capital próprio
- DA** - Percentual de despesas administrativas em relação às receitas de contraprestações
- DC** - Percentual de despesa comercial em relação à receita de contraprestações
- DM** - Percentual de despesas assistenciais em relação as receitas de contraprestações
- DRE** - Demonstração do resultado do exercício
- EBITDA** - Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização
- EG** - Endividamento geral
- IRF** - Índice de resultado financeiro
- LC** - Liquidez corrente
- MLL** - Margem de lucro líquido
- OMS** - Organização Mundial da Saúde
- PMCR** - Prazo médio de contraprestações a receber
- PMPE** - Prazo médio de pagamento de eventos
- ROA** - Retorno sobre ativos
- ROE** - Retorno sobre o patrimônio líquido
- VC** - Variação de custos

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1 Justificativa	13
1.2 Objetivos	13
1.2.1 Objetivos específicos	13
2. REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 História e regulamentação das Operadoras de Saúde no Brasil	15
2.2 Análise das Demonstrações Contábeis	17
2.3 Pesquisas Relacionadas	21
3. METODOLOGIA.....	23
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS	25
4.1 Resultados Líquidos, receitas e despesas	25
4.2 Indicadores Financeiros	27
4.2.1 Margem de lucro líquido	27
4.2.2 Sinistralidade	28
4.2.3 Percentual de Despesas Administrativas em relação às Receitas de Contraprestações.....	30
4.2.4 Percentual de Despesa Comercial em relação à Receita de Contraprestações .	31
4.2.5 Indicadores de rentabilidade	32
4.2.6 Liquidez Corrente	34
4.2.7 Indicadores de endividamento	35
4.2.8 Índice de resultado financeiro	37
4.3 Análise Geral dos Indicadores	38
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
6. REFERÊNCIAS	41
ANEXO	46

1. INTRODUÇÃO

Os primeiros casos de Covid-19 surgiram na China, no ano de 2019, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) recebeu um chamado alertando sobre vários casos de pneumonia na Cidade de Wuhan. Pouco tempo depois, foi confirmado pelos chineses que se tratava de um novo tipo de Covid-19 que nunca havia sido identificado em seres humanos (OPAS, 2021). Com o passar do tempo, esse vírus foi infectando cada vez mais pessoas, até que em 11 de março de 2020 a OMS caracteriza o Covid-19 como pandemia, onde naquela época já existiam mais de 118 mil casos em 114 países (OPAS, 2020). O Covid-19 teve impacto em diversos aspectos da sociedade, dentre eles estão, saúde pública, economia, educação, social e cultural.

No Brasil, segundo o Ministério da Saúde, o primeiro caso de Covid-19 foi em São Paulo, no dia 26/02/2020, quando um homem deu entrada em um hospital, e desde lá o Covid-19 já causou diversos prejuízos à população. No Brasil, em 2023, se tem números de 37.601.257 milhões casos de Covid-19, somando 702.907 mil óbitos (MINISTERIO DA SAÚDE, 2023). Além desses prejuízos na saúde pública do Brasil, o Covid-19 causou fortes impactos à economia do País, por conta dos gastos elevados para conter os impactos da pandemia e do isolamento social. Em 2020 a inflação chegou aos 4%, superando a meta do governo que era um pouco superior a 1,5%. Já na questão do mercado de trabalho, o desemprego chegou a 14,6% no 3º trimestre de 2020, assim afetando 14,1 milhões de brasileiros, e outro impacto da pandemia foi à explosão da dívida pública, os gastos federais no ano de 2020 passaram dos 615 bilhões de reais (G1, 2020). O prejuízo causado a diversos setores e em diversos aspectos foi enorme, e os impactos disso são vistos até os dias de hoje.

O sistema de Saúde suplementar no Brasil é a atividade que envolve os planos ou seguros de saúde, sendo composto basicamente pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), e pelas próprias operadoras do plano de saúde (ATRA, 2020). Os seguros de Saúde são de extrema importância para a população, pois irão garantir um acesso de qualidade e de forma mais rápida à saúde (GOMES, 2016). A ANS é o órgão responsável por trazer um conjunto de políticas e diretrizes para regular a saúde suplementar, qualificar a saúde suplementar e fazer uma articulação institucional (ANS, 2021). Durante a pandemia, a ANS sofreu pressão acerca do monitoramento quanto ao sistema de saúde suplementar, e passou a reportar o monitoramento por meio de um boletim - Covid-19, o qual continham informações extraídas dos Documentos de Informações Periódicas (DIOPS) reportadas pelas operadoras (LESSA, 2021).

Acerca dos impactos financeiros causados pela pandemia ao setor de saúde suplementar, no ano de 2021, o Covid-19 causou um aumento de até 5.275% nos custos dos planos de saúde com medicamentos de intubação, por conta das internações mais demoradas e a disparada no preço dos insumos, o custo médio por paciente em UTI por mês passou de 78,8 mil reais em janeiro para 100,6 mil reais em abril (FEDERAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE, 2021). Por outro lado, houve um aumento de 1.508.134 no número de beneficiários em planos de assistência médica no ano de 2021 em relação a 2020, e em abril de 2021 atingiu, aproximadamente, o número de 48 milhões de beneficiários (ANS, 2021).

Os impactos financeiros causados pela pandemia trouxeram aumento nos custos, mas também trouxeram um aumento na receita das operadoras de Saúde pelo aumento do número de beneficiários. Partindo desse contexto, compreender e analisar a situação econômico-financeira de uma operadora de saúde antes e durante a pandemia torna-se fundamental para avaliar o impacto da crise sanitária e identificar as estratégias adotadas pela empresa para enfrentar esses desafios. Portanto o trabalho busca responder a seguinte questão: **Quais os impactos econômico-financeiros relativo à pandemia de Covid-19 em uma operadora de plano de saúde?**

1.1 Justificativa

Esse trabalho se justifica pela importância de se entender os impactos da pandemia em uma operadora e pela pouca quantidade de estudos e trabalhos realizados na área de uma análise econômico-financeira de operadoras de planos de saúde, sendo as operadoras de planos de saúde um assunto de suma importância para a população, visto que, aproximadamente, 50 milhões de pessoas são beneficiários em planos privados de assistência médica com ou sem odontologia (ANS,2023).

O seguinte trabalho auxilia na explicação dos impactos da pandemia nos indicadores financeiros das operadoras de planos de saúde da modalidade de medicina em grupo, para ajudar profissionais e investidores.

1.2 Objetivos

O objetivo geral desta pesquisa é realizar uma análise econômico-financeira de uma Operadora de Plano à Saúde, na modalidade de medicina em grupo, comparando seu desempenho durante os anos de 2019 até 2022.

1.2.1 Objetivos específicos

O estudo busca avaliar o impacto da crise sanitária nos aspectos financeiros da operadora, analisando indicadores de rentabilidade, liquidez, endividamento e eficiência operacional. Além disso, o trabalho tem como objetivo identificar as estratégias adotadas pela operadora para enfrentar os desafios econômicos impostos pela pandemia e avaliar sua eficácia na preservação da saúde financeira da empresa. Nesse contexto, os objetivos específicos desta pesquisa consistem em:

- a) Calcular os índices econômico-financeiros da operadora para os anos de 2019 a 2022.
- b) Comparar os índices no período anterior e durante a pandemia.
- c) Mapear as estratégias da operadora durante a pandemia para mitigar perdas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Agora, explicaremos os aspectos históricos e regulatórios das operadoras de saúde no Brasil. Esta abordagem nos permitirá compreender a evolução dessas entidades ao longo do tempo. Além disso, realizaremos uma pesquisa sobre as demonstrações contábeis associadas a essas operadoras. Dessa forma, estaremos preparados para uma exploração desses temas essenciais.

2.1 História e regulamentação das Operadoras de Saúde no Brasil

O sistema de saúde do Brasil sempre foi um serviço que enfrentou desafios e sofreu críticas daqueles que são atendidos por ele, e a chegada do Covid-19 amplificou essa situação (ARAÚJO, 2020).

O mercado de assistência privada à saúde no Brasil teve seu surgimento no ano de 1923, com a aprovação do decreto 4.682, que estabeleceu as bases concretas do sistema previdenciário brasileiro, por meio da caixa de aposentadoria e pensões (CAP) dos empregados das empresas ferroviárias. A caixa que tinha a função de ser um fundo administrado e financiado por empregadores e empregados. Além de oferecer aposentadorias e pensões, essa iniciativa também proporcionou serviços médico-hospitalares aos trabalhadores e seus dependentes (PEIXOTO, 2020).

No entanto, foi durante as décadas de 1940 e 1950 que o mercado de serviços médico-hospitalares viu um avanço notável. Isso foi impulsionado pelo crescimento da indústria no Brasil, que ocorreu como um reflexo da Era de Ouro global do século XX. Nesse período, as entidades públicas e seus funcionários começaram a reunir recursos para estabelecer fundos de autogestão. Esses fundos visavam cobrir os custos de procedimentos médicos essenciais, como consultas, exames e cirurgias, de acordo com as necessidades médicas individuais. Exemplos disso são a Caixa de Assistência aos Funcionários do Banco do Brasil (CASSI) e os esforços de assistência oferecidos pelas empresas aos servidores do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários, que agora é conhecido como GEAP Autogestão em Saúde (ANS, 2002).

Durante a década de 1960, testemunhamos a emergência das primeiras entidades médicas, que englobavam cooperativas médicas e firmas de medicina de grupo. Esse período viu o crescimento de indústrias multinacionais no ABC Paulista, as quais, devido às deficiências no sistema público de saúde em oferecer cuidados de qualidade, incentivaram

profissionais médicos a estabelecerem empresas de medicina de grupo. Estas empresas passaram a oferecer uma gama diversificada de planos de saúde, contratados pelas próprias fábricas em benefício de seus funcionários (ANS, 2020).

Outro importante marco ocorreu em 3 de junho de 1998 com a promulgação da Lei nº 9656, Conhecida como a Lei dos Planos de Saúde. Essa regulamentação estabeleceu parâmetros e diretrizes para a atuação das operadoras, visando garantir a qualidade dos serviços prestados aos beneficiários, a transparência nas relações contratuais e a sustentabilidade do sistema. Tal lei define, no Art. 1º inciso I, os planos de saúde como prestação continuada de serviços ou cobertura de custos assistenciais a preço pré ou pós-estabelecido, por prazo indeterminado, com a finalidade de garantir, sem limite financeiro, a assistência à saúde, pela faculdade de acesso e atendimento por profissionais ou serviços de saúde, livremente escolhidos, integrantes ou não de rede credenciada, contratada ou referenciada, visando a assistência médica, hospitalar e odontológica, a ser paga integral ou parcialmente a expensas da operadora contratada, mediante reembolso ou pagamento direto ao prestador, por conta e ordem do consumidor.

Já no inciso II da referida lei, ela define as operadoras de saúde como pessoa jurídica constituída sob a modalidade de sociedade civil ou comercial, cooperativa, ou entidade de autogestão, que opere produto, serviço ou contrato de que trata o inciso I deste artigo.

Em 28 de janeiro de 2000, foi criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar, pela Lei nº 9961, que é definida pelo Artigo 1º da referida Lei, como uma autarquia sob o regime especial, vinculada ao Ministério da Saúde, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro - RJ, prazo de duração indeterminado e atuação em todo o território nacional, como órgão de regulação, normatização, controle e fiscalização das atividades que garantam a assistência suplementar à saúde.

O artigo 4º da Lei nº 9961 traz algumas competências que cabem a ANS, dentre elas estão: propor políticas e diretrizes gerais ao Conselho Nacional de Saúde Suplementar; propor políticas e diretrizes gerais ao Conselho Nacional de Saúde Suplementar; estabelecer parâmetros e indicadores de qualidade e de cobertura em assistência à saúde para os serviços próprios e de terceiros oferecidos pelas operadoras; estabelecer normas relativas à adoção e utilização, pelas operadoras de planos de assistência à saúde, de mecanismos de regulação do uso dos serviços de saúde; e várias outras competências.

De acordo com a ANS, as operadoras de saúde são divididas em modalidades organizacionais, são elas: Administradora de benefícios, Autogestão, Cooperativa médica,

Cooperativa odontológica, Filantropia, Seguradora especializada em saúde, Medicina de grupo e Odontologia de grupo (ANS, 2022).

Desde que foi criada em 2000, a ANS apresentou diversos avanços e regulamentações ao longo de sua história, de 2002 a 2005, as regras para a "Declaração de Saúde" foram criadas, permitindo que os consumidores esclarecessem seu estado de saúde às operadoras de planos de saúde de forma transparente. Também nesse momento, os consumidores puderam verificar a posição das operadoras por meio do "Índice de Reclamações". A ANS lançou o "Programa de Qualificação da Saúde Suplementar", buscando elevar a qualidade dos serviços prestados pelas operadoras e introduziu o padrão "TISS" (Troca de Informação em Saúde Suplementar), uma padronização de informações entre operadoras e prestadores. Nos anos seguintes, de 2006 a 2010, a ANS programou a "Portabilidade de Carências", um passo fundamental para garantir que os beneficiários pudessem trocar de plano sem cumprir novamente os prazos de carência. Também foi lançado o "Guia ANS de Planos de Saúde", uma ferramenta que permitiu aos cidadãos pesquisar planos disponíveis no mercado para contratação ou troca via portabilidade de carências (ANS, 2023).

Aos 15 anos de existência, a ANS lançou sua primeira "Agenda Regulatória", estabelecendo as prioridades regulatórias para os anos seguintes. A ANS produziu sua primeira "Carta de Serviços", que detalhou todos os serviços oferecidos pela Agência e que poderiam ser consultados pelos cidadãos e operadoras. Resoluções Normativas incentivaram a qualidade da assistência à saúde fornecida por operadoras e prestadores, como o "Programa de Qualificação da Rede de Prestadores". De 2015 até os dias atuais, a ANS estabeleceu a "Sala de Situação" e uma central telefônica para atendimento especializado a deficientes auditivos. Neste período, a ANS enfrentou o desafio da pandemia de Covid-19, implementando medidas voltadas para a saúde da sociedade e o equilíbrio do setor. O "Boletim Covid-19" foi uma das iniciativas destacadas. A ANS permanece comprometida em continuar aprimorando a regulação do setor de planos de saúde, com a qualidade técnica que a caracteriza e a defesa do interesse público como prioridade, conforme estabelecido na "Agenda Regulatória 2023-2025" (ANS, 2023).

2.2 Análise das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são um conjunto de documentos financeiros que são geralmente preparados ao término do ano fiscal, conforme exigido por regulamentações legais

ou práticas estabelecidas. Tem o objetivo de fornecer informações para a correta gestão dos negócios e para a correta avaliação dos resultados operacionais (REIS, 2017).

Segundo Conceição (2016, p. 8),

As demonstrações contábeis são demonstrativos que contém informações geradas pelas operações da empresa que visam apresentar a situação econômica e financeira em um certo período, que influencia nos objetivos futuros da empresa, pois a cada demonstrativo evidenciado, traz-se resultados que podem interferir na tomada de decisões positivo ou negativamente no seu patrimônio.

Segundo a lei 6.404/76, artigo 176, ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

I - Balanço patrimonial;

II - Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;

III - Demonstração do resultado do exercício.

A lei supracitada ainda esclarece que, no as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) é outra demonstração financeira fundamental, ela fornece informações sobre o desempenho financeiro da empresa durante um período específico. “Demonstração do Resultado do Exercício - Apresenta informações que resultam no lucro ou prejuízo da empresa em um determinado período” (CONCEIÇÃO, 2016).

Dessa forma, o Balanço Patrimonial e a DRE são ferramentas essenciais para avaliar a saúde financeira de uma empresa. O BP mostra a posição financeira em um determinado momento, enquanto a DRE mostra o desempenho financeiro ao longo de um período.

Segundo Cunha e Silva (2014, p. 20), “a Análise das Demonstrações Contábeis consiste em transformar os dados contidos nas demonstrações financeiras em informações, utilizando métodos e técnicas próprias para este fim.”. Porém além de transformar esses dados em informações, aqueles dados precisam ser úteis para auxiliar na tomada de decisão de pessoas interessadas (RIBEIRO, 2004). Somando-se a isso tem a ideia de que essas demonstrações são úteis na forma de comparação de valores, para podermos fazer uma análise da situação econômica e financeira (REIS, 2003).

É necessário analisar as demonstrações contábeis de duas formas, na situação financeira e na situação econômica. A análise financeira conduz ao estudo da liquidez financeira do patrimônio, já a análise econômica estuda a rentabilidade do patrimônio em todos os seus aspectos (CUNHA E SILVA, 2014, p. 23).

Uma análise das demonstrações contábeis é uma avaliação crítica e interpretativa das informações financeiras apresentadas nas demonstrações contábeis de uma empresa, como o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados do Exercício (DRE). O objetivo é compreender a situação financeira, o desempenho operacional e a saúde geral da empresa.

De acordo com Conceição (2016) os principais usuários que se utilizam das informações contábeis apresentadas nas demonstrações, por primeiro são os administradores e sócios da empresa que são os usuários internos, que a partir dessas informações apresentadas nos demonstrativos analisam a situação financeira - econômica da empresa que auxiliam na tomada de decisões futuras. Somando-se a isso, outros usuários que possuem mais contato diretamente e que solicitam os demonstrativos para análise são os fornecedores, bancos e governo.

A Resolução Normativa Nº 518 de 2022, dispõe sobre “adoção de práticas mínimas de governança corporativa, com ênfase em controles internos e gestão de riscos, para fins de solvência das operadoras de plano de assistência à saúde”. Mais especificamente no Anexo IV, a resolução apresenta uma relação de indicadores mínimos para monitoramento da situação econômico-financeira das operadoras de saúde, essa relação é composta por 13 itens e são eles: Margem de Lucro Líquido, Retorno sobre o Patrimônio Líquido, Sinistralidade ou DM, Percentual de Despesas Administrativas em relação às Receitas de Contraprestações (DA), Percentual de Despesa Comercial em relação à Receita de Contraprestações (DC), Percentual de Despesas Operacionais em relação às Receitas Operacionais, Índice de Resultado Financeiro (IRF), Liquidez Corrente (LC), Capital de terceiros sobre o Capital próprio (CT/CP), Prazo Médio de Contraprestações a receber (PMCR), Prazo Médio de Pagamento de Eventos (PMPE), Variação de Custos (VC) , Variação de Custos Assistenciais do Contrato Estipulado (para Administradoras de Benefícios).

Para realizar a análise, este estudo empregou os seguintes indicadores financeiros apresentados na Tabela 1:

Tabela 1: Indicadores Financeiros

1. Margem de Lucro Líquido (MLL)	$\frac{\text{Resultado líquido}}{\text{Contraprestações efetivas}}$
2. Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE)	$\frac{\text{Resultado líquido}}{\text{Patrimônio líquido}}$
3. Percentual de Despesas Assistenciais em relação às Receitas de Contraprestações (DM)	$\frac{\text{Eventos indenizáveis líquidos}}{\text{Contraprestações efetivas}}$
4. Percentual de Despesas Administrativas em relação às Receitas de Contraprestações (DA)	$\frac{\text{Despesas Administrativas}}{\text{Contraprestações efetivas}}$
5. Percentual de Despesas Comerciais em relação às Receitas de Contraprestações (DC)	$\frac{\text{Despesas Comerciais}}{\text{Contraprestações efetivas}}$
6. Índice de Resultado Financeiro (IRF)	$\frac{\text{Resultado financeiro líquido}}{\text{Contraprestações efetivas}}$
7. Liquidez Corrente (LC)	$\frac{\text{Ativo circulante}}{\text{Passivo circulante}}$
8. Capital de Terceiros sobre o Capital Próprio (CT/CP)	$\frac{\text{Passivo circulante} + \text{Passivo não circulante}}{\text{Patrimônio líquido}}$

Fonte: Hapvida (2023)

Além destes indicadores também foram calculados os indicadores de Retorno sobre Ativos e Endividamento Geral. A seguir vamos explorar uma análise de alguns desses indicadores, examinando o que eles representam em termos conceituais e como desempenham um papel fundamental na orientação das decisões empresariais.

Margem de Lucro Líquido: Este indicador mostra qual parte das receitas de uma empresa, como apresentado em seus relatórios trimestrais ou em seu resumo financeiro anual, se transformou em lucro, expresso como uma porcentagem (REIS, 2017). Uma margem de lucro líquido saudável indica que a empresa está gerando lucros substanciais em relação às suas receitas. No entanto, margens muito baixas podem sinalizar problemas financeiros.

Retorno Sobre o Patrimônio Líquido: Segundo Conceição (2016, p. 19) a interpretação desse indicador é para que o capital próprio investido pelos sócios possa ter rentabilidade eficiente, na parcela do lucro líquido, é vantajoso que se tenha retorno do capital em menos tempo possível. Ou seja, a função desse índice é revelar qual a taxa de retorno gerada pelo investimento dos acionistas com seu próprio capital na empresa.

Liquidez Corrente: São ferramentas usadas para medir a habilidade de uma empresa em atender a seus compromissos financeiros de curto prazo.. Medem a capacidade da empresa

de transformar ativos em dinheiro para pagar suas dívidas e outras obrigações de curto prazo (SILVA, 2017).

Capital de Terceiros sobre o Capital Próprio: Segundo Silva (2017) os índices de endividamento visam demonstrar a situação financeira da empresa frente a suas dívidas, mostrando se a empresa utiliza mais de seus recursos próprios ou de terceiros para manter suas atividades. E o indicador de Garantia de Capital de Terceiros indica que, para cada real de dívidas com terceiros, existem x reais de capital próprio para cobrir essa dívida.

Sinistralidade: Representa o indicador-chave para contratos de planos de saúde e se refere à proporção entre os gastos relacionados ao uso de serviços médicos e a receita obtida pela operadora através do contrato (prêmio) (REIS, 2018).

2.3 Pesquisas Relacionadas

Agora irão ser apresentados estudos que contribuem com o tema em questão. Foram selecionados três trabalhos que se aproximam da temática, com o intuito de observar quais categorias de pesquisas são conduzidas e de que maneira essa área está abordando esse tópico em questão.

Araújo (2020) fez uma análise do impacto da pandemia nas finanças de uma operadora de plano de saúde, na modalidade autogestão de pequeno porte, localizada na região Nordeste, nos períodos do primeiro e segundo trimestre de 2019 e 2020. Para se concluir as análises foram calculados os indicadores de Margem de lucro líquido, sinistralidade, ROE, ROA, LC, CT/CP e EG. Os resultados obtidos foram de aumento de 2,3 vezes no lucro líquido e uma diminuição das despesas assistenciais devido ao cancelamento dos procedimentos eletivos. Essa pesquisa nos mostrou como foi o desempenho econômico-financeiro de uma operadora de saúde em meio a uma pandemia.

Marques et al. (2023) analisou o desempenho econômico-financeiro e operacional das cinco maiores operadoras de saúde em número de beneficiários, durante os períodos antes e durante a pandemia. Os autores utilizaram uma pesquisa descritiva documental, com o uso de técnicas estatísticas de comparação de medianas e correlação entre indicadores de desempenho e socioeconômicos. Os resultados obtidos foram redução, após o início da pandemia, de indicadores de rentabilidade, despesas, variação de custo e de resultado financeiro, embora se tenha o crescimento dos indicadores de liquidez corrente, e aumento de prazos médios de recebimento de contraprestações e de pagamento de eventos. Isso mostra que o impacto da crise foi tão significativo que as características distintas das

diferentes organizações se tornaram menos relevantes em comparação com os desafios urgentes impostos pela crise.

Lima (2021) fez uma monografia com o objetivo de identificar se as operadoras de saúde da modalidade medicina de grupo foram impactadas financeiramente diante das despesas geradas pela pandemia da Covid-19. Ele comparou os fluxos de receitas e de despesas de 2020 com os anos de 2015 a 2019, e também constatou possíveis diferenças entre receitas e despesas em 2019 e 2020 por meio de um teste t de diferenças entre médias populacionais. Para o estudo foram estabelecidas duas hipóteses: 1) Os gastos das operadoras de saúde na pandemia da Covid-19 não afetaram o equilíbrio financeiro em 2020 das operadoras da modalidade medicina de grupo; 2) O índice VCMH foi negativo no ano de 2020, o que justifica um reajuste negativo para as mensalidades das operadoras de saúde planos individuais. Os resultados obtidos de maneira ampla foram que as receitas analisadas em 2020 foram maiores que as dos anos pré-pandemia, e as despesas inferiores aos últimos 5 anos. Isso mostra que, no momento da pandemia, as operadoras de saúde da modalidade de medicina em grupo obtiveram uns resultados positivos.

Dessa forma, o presente trabalho traz como diferencial utilizar uma análise de uma operadora de saúde de grande porte, que atua majoritariamente no Norte e Nordeste, e é da modalidade de medicina em grupo, em contexto de pré-pandemia e durante ela. Para essa finalidade foram utilizados indicadores financeiros, porque eles mostram a real situação econômica da operadora de saúde.

3. METODOLOGIA

O seguinte trabalho tem o objetivo de fazer uma análise econômico-financeira, através de indicadores contábeis, de uma operadora de planos de saúde, na modalidade de Medicina em Grupo. De acordo com Silva e Carlos (2016, p.42),

O método se constitui em um meio pelo qual através da seleção de processos chega-se a um objetivo de pesquisa, para que se possa estudá-lo e assim, se obter a evolução do conhecimento e o progresso para toda e qualquer ciência.

Dessa forma, com relação aos objetivos da pesquisa, ela é classificada como descritiva. Segundo Silva e Carlos (2016, p.46),

A pesquisa quantitativa vai se utilizar de um instrumento estatístico como base de análise do processo, e a qualitativa vai descrever a complexidade de um problema, analisando, compreendendo e classificando as variáveis com os processos dinâmicos ocorridos, sendo profunda a forma de tratar o fenômeno estudado.

Portanto a classificação da pesquisa quanto à natureza e à técnica de análise de dados, será uma abordagem quantitativa e qualitativa, através de uma análise de um fenômeno por meio do uso de indicadores.

Como dito por Silva e Carlos (2016, p.45), “O tipo de pesquisa estudo de caso é conceituado como o que analisa com profundidade um ou poucos fatos, com o objetivo de obter com maior riqueza de detalhes, conhecimentos sobre o objeto estudado”. Essa pesquisa se classifica como um estudo de caso, por que se concentra em examinar profundamente uma entidade específica, em um contexto específico.

Para a coleta de dados, foram utilizados os dados extraídos do sítio da Hapvida e da ANS, onde foram coletadas as informações das demonstrações contábeis e os indicadores econômicos, e os períodos a serem analisados são de 2018 até o ano de 2022. É de suma importância analisar esses anos em específico, pelo fato de eles compreenderem anos antes, durante a pandemia, para que de fato se tenha uma compreensão sobre os efeitos.

A população da pesquisa é uma operadora de plano de assistência à saúde, Hapvida Assistência Médica S.A., uma das maiores operadoras de planos de saúde do Brasil e uma das mais importantes empresas do Grupo Hapvida Notredame Intermédica, ao qual faz parte. Com sede em Fortaleza – Ceará, a Operadora atua majoritariamente no norte e nordeste do país para o segmento saúde e atuação nacional para segmento de odontologia (HAPVIDA, 2022). E para esta pesquisa será analisada a modalidade de medicina em grupo.

Os dados foram coletados e organizados através de planilhas em Excel e utilizados para os cálculos dos indicadores. Conforme explicado por (MATARAZZO, 2010), não existe uma quantidade certa de indicadores para que se possa conhecer a situação da empresa, mas

um conjunto de índices que permitam entender como está à situação da mesma. Após terem sido coletadas e tratadas as demonstrações no Excel, nelas serão aplicado indicadores financeiros e econômicos que irão auxiliar na análise dos dados, para que se chegue a uma conclusão que responda a problemática.

Os principais indicadores financeiros e dados das demonstrações contábeis que serão utilizados são: Liquidez Corrente; Endividamento total; Capital de Terceiros sobre o Capital Próprio; Rentabilidade sobre o capital próprio; Rentabilidade sobre o ativo total; Margem de Lucro Líquido.

Além dos itens listados, também iremos utilizar o resultado líquido, sinistralidade, despesas totais, receitas totais, EBITDA e alguns dos indicadores mínimos para monitoramento da situação econômico-financeira das operadoras de saúde recomendados pela RN N° 518 de 2022.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo, apresentaremos a análise detalhada dos resultados obtidos a partir da aplicação de indicadores financeiros e econômicos nas demonstrações contábeis da operadora de saúde em estudo. O objetivo desta seção é fornecer uma visão da situação econômico-financeira da operadora, destacando os principais pontos de destaque e as tendências observadas nos anos pré-pandemia e durante a pandemia.

Nossa análise se concentra em indicadores-chave, incluindo índices de liquidez, indicadores de endividamento e métricas de rentabilidade. Além disso, exploramos a evolução das receitas operacionais, despesas médicas e o resultado líquido ao longo do período analisado. Esses indicadores fornecem informações valiosas sobre a capacidade da operadora de saúde de gerenciar seus recursos, cumprir suas obrigações financeiras e manter ou melhorar seu desempenho ao longo do tempo. As informações para as explicações das variações dos indicadores foram retiradas das notas explicativas da Hapvida.

Conduzir esta análise nos permitirá avaliar como a operadora de saúde respondeu aos desafios impostos pela pandemia, identificar áreas de sucesso e oportunidades de melhoria, e, finalmente, tirar conclusões sobre a sua saúde financeira e sua resiliência em face de eventos econômicos significativos.

4.1 Resultados Líquidos, receitas e despesa

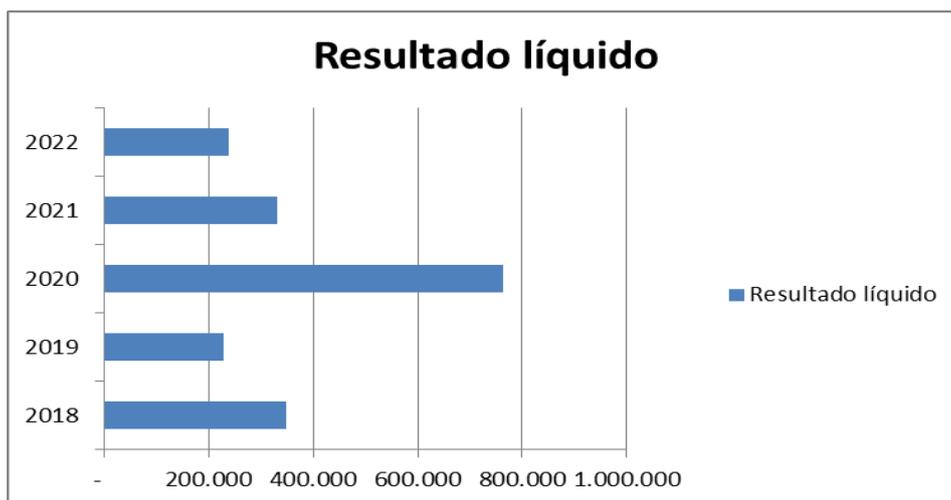
Para dar início a análise dos resultados da pesquisa, percebeu-se a importância de mostrar os resultados da empresa ao longo dos anos de 2018 até 2022. Na Tabela 1 e na Figura 2 estão apresentadas as receitas e despesas dos períodos.

Tabela 2: Resultado do período em R\$

Receita e despesas/ período	2018	2019	2020	2021	2022
Receitas	4.816.256.506	5.538.938.141	6.222.685.748	7.760.517.082	10.536.775.553
Despesas	4.360.278.411	5.179.749.676	5.109.487.006	7.311.790.264	10.318.847.987
Impostos e contribuições	149.122.725	129.485.118	350.235.888	118.315.666	21.424.778
Resultado Líquido	306.855.370	229.703.347	762.962.854	330.411.152	239.352.344

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Figura 1: Resultado líquido do período



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

De acordo com a Tabela 1, pode-se perceber que ao longo dos anos houve um aumento significativo na receita, com mais destaque para os anos de 2021 e 2022. O aumento na receita no ano de 2019 se deu por conta de relevantes aquisições feitas, a compra da carteira de clientes da Assistência Médico Hospitalar Ltda e também a da Free Life Operadora de Planos de Saúde Ltda., já nas despesas o aumento aconteceu por conta dos eventos indenizáveis líquidos que apresentaram um aumento de 5,8%, o que foi influenciado pelo aumento na cobrança de ressarcimento ao SUS. Esse aumento se refletiu no resultado líquido do período.

Quando olhamos para o ano de 2020, percebemos que também houve um aumento na receita e no resultado líquido, e isso se deu por três fatores principais, devido a movimentações societárias e aquisições feitas pela Hapvida no ano de 2020, como a transferência da carteira de beneficiários da Samedh – Multi Saúde – Assistência Médica e Hospitalar Ltda. e também a da Plamed Plano de Assistência Médica Ltda., o resultado das operações com planos de assistência à saúde teve um aumento de 12,3% em relação ao ano anterior. Somado a isso as despesas obtiveram uma leve redução no valor de R\$ 70.262.670, com redução nos eventos indenizáveis líquidos de 12,6% quando comparado ao exercício de 2019, o motivo para isso é a redução dos atendimentos eletivos, principalmente nos períodos de pico da Pandemia.

Olhando agora o ano de 2021, percebemos que existiu um aumento significativo nas receitas e nas despesas, porém o resultado líquido teve uma queda de mais de R\$ 400 milhões. O aumento da receita ocorreu devido por um aumento de 23% das receitas com contraprestações líquida, ocasionadas por mais mudanças societárias realizadas, como a

compra da Premium Saúde S.A. e pelo grande aumento do volume de atendimentos referentes ao Covid-19. Já o crescimento das despesas se deu pelo aumento dos eventos indenizáveis líquidos, motivados por um aumento no volume de atendimentos no 4º trimestre de 2021 referentes à Covid-19, porém esses atendimentos não se converteram em internações que geraria um gasto médico mais relevante, e o volume gerado pelo endereçamento do backlog de cirurgias eletivas no 3º trimestre de 2021 gerou impacto no resultado. Além desses motivos a sinistralidade foi impactada pelo incremento de dissídio coletivo e contratação de novos colaboradores, e um aumento na depreciação referente ao aumento do número de unidades assistenciais. A queda do resultado líquido se justifica no impacto do Covid-19 e pelas depreciações resultantes das reestruturações societárias.

No ano de 2022 a receita teve um aumento de aproximadamente 30% quando comparada com o ano anterior. Isso aconteceu por conta das incorporações ocorridas, e um reflexo do crescimento orgânico e reestruturações societárias no grupo econômico no qual a companhia pertence. As receitas com operações de assistência a saúde aumentaram em cerca de 30% quando comparado com o ano anterior, em conjunto a isso houve aumento relevante das despesas com eventos indenizáveis líquidos.

4.2 Indicadores Financeiros

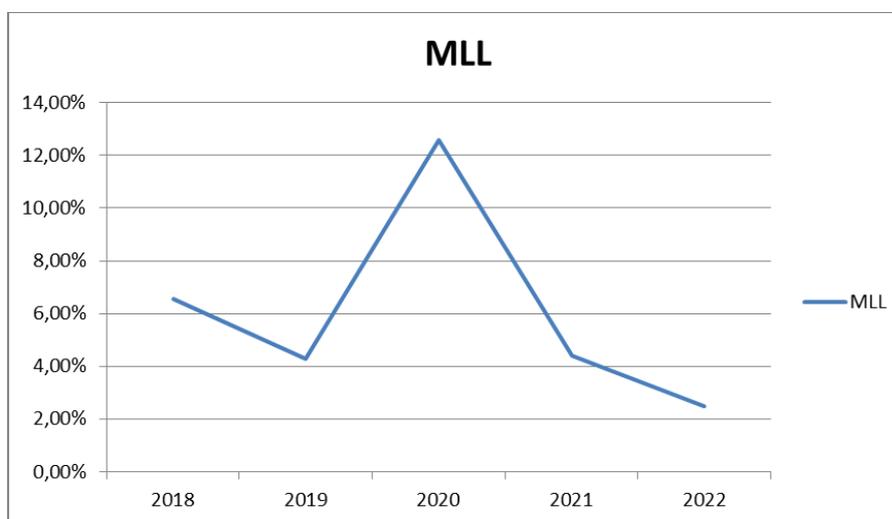
Neste tópico serão analisados os índices: Margem de lucro líquido, retorno sobre o patrimônio líquido, sinistralidade, percentual de despesas administrativas em relação às receitas de contraprestações, percentual de despesa comercial em relação à receita de contraprestações, índice de resultado financeiro, liquidez corrente, capital de terceiros sobre o capital próprio, endividamento geral, retorno sobre o ativo total.

4.2.1 Margem de lucro líquido

A Figura 3 demonstra a evolução da margem de lucro líquido ao longo dos anos de 2018 até 2022 e a Tabela 2 destaca o valor em porcentagem desse indicador. Este indicador mostra qual parte das receitas de uma empresa, como apresentado em seus relatórios trimestrais ou em seu resumo financeiro anual, se transformou em lucro, expresso como uma porcentagem (REIS, 2017). Se a Margem de Lucro Líquido for positiva e alta isso significa que a empresa está gerando um bom lucro líquido em relação às suas vendas, se a Margem de Lucro Líquido for positiva, mas baixa, isso indica que a empresa tem uma margem de lucro

estreita e se a Margem de Lucro Líquido for negativa, isso indica que a empresa está incorrendo em prejuízo líquido em relação às suas vendas.

Figura 2: Margem de lucro líquido



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Tabela 3: Margem de lucro líquido

MLL/Período	2018	2019	2020	2021	2022
MLL	6,55%	4,27%	12,56%	4,42%	2,47%

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

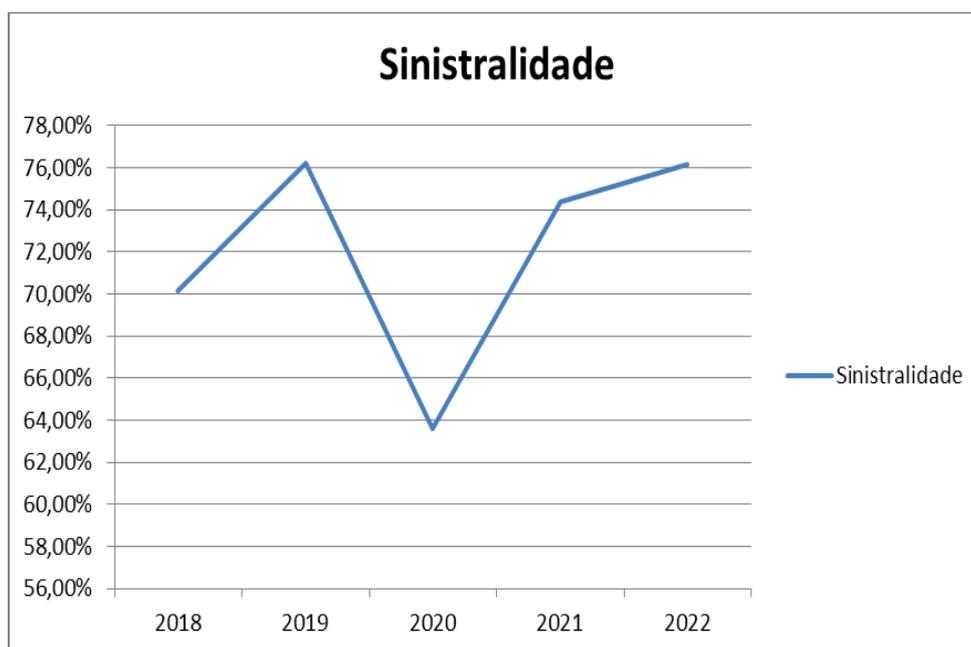
No ano de 2019 o indicador teve uma queda devido a uma diminuição do resultado líquido do exercício, em decorrência do aumento dos eventos indenizáveis líquidos, conforme já discutido no item 4.1. Já no ano de 2020 o indicador teve um aumento significativo e pulou para 12,56%, devido a um aumento na receita com operações de assistência a saúde e diminuição dos eventos indenizáveis líquidos. Nos anos de 2021 e 2022, esse indicador começou a cair, chegando a diminuir mais de 8% no ano de 2021 e isso aconteceu por conta do aumento das despesas conforme explicado no item 4.1. Esse indicador nos mostra que no ano de 2020, em que a pandemia estava forte, o índice teve uma porcentagem muito alta quando comparado ao ano em que não se tinha a pandemia. Porém no ano de 2021, esse resultado caiu bastante e a pandemia estava no seu pico.

4.2.2 Sinistralidade

A seguir será apresentada a Figura 4 dos indicadores de sinistralidade do Percentual de Despesas Assistenciais em relação às Receitas de Contraprestações. Este índice se refere à

proporção entre os gastos relacionados ao uso de serviços médicos e a receita obtida pela operadora através do contrato (prêmio) (REIS, 2018).

Figura 3: Sinistralidade



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Tabela 4: Sinistralidade

Sinistralidade/Período	2018	2019	2020	2021	2022
Sinistralidade	70,13%	76,18%	63,58%	74,38%	76,13%

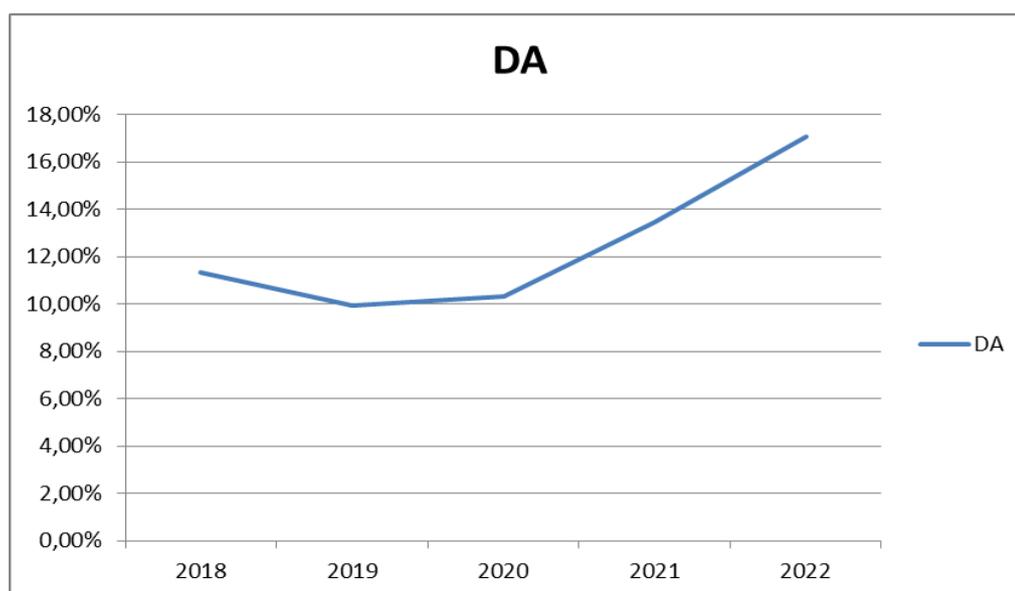
Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Na operadora de saúde em estudo, os índices de sinistralidade estão em níveis entre 70 e 80% em todos os anos, porém podemos observar que no ano de 2020 ele teve uma queda de aproximadamente 12%. Essa queda se deu por conta da redução dos eventos indenizáveis líquidos de 12,6% quando comparado ao exercício de 2019, fortemente influenciado pela redução dos atendimentos eletivos, principalmente nos períodos de pico da Pandemia. Esse índice nos mostrou que a empresa em estudo indica que a empresa está recebendo mais prêmios do que gasta em despesas médicas.

4.2.3 Percentual de Despesas Administrativas em relação às Receitas de Contraprestações

A Figura 5 apresenta a evolução do índice Percentual de Despesas Administrativas em relação às Receitas de Contraprestações e a Tabela 4 apresenta os valores em porcentagem desse indicador. Esse indicador vai fornecer informações sobre a eficiência da gestão administrativa de uma empresa, especialmente no contexto de operadoras de planos de saúde e seguros.

Figura 4: Percentual de Despesas Administrativas em relação às Receitas de Contraprestações



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Tabela 5: Percentual de Despesas Administrativas em relação às Receitas de Contraprestações

DA/Período	2018	2019	2020	2021	2022
DA	11,35%	9,93%	10,30%	13,43%	17,05%

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

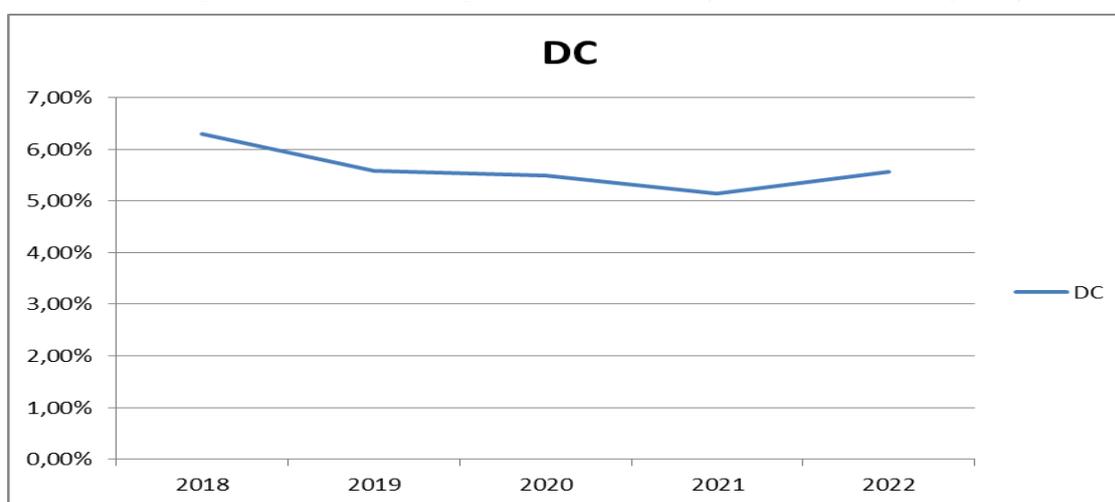
De acordo com os valores, fica perceptível que esse indicador se manteve na faixa ente 9% e 12% para os anos, porém no ano de 2021 e 2022 ele começou a aumentar. O aumento desse índice no ano de 2021 se deu por conta do esforço da operadora em aumentar sua eficiência operacional, diante do cenário de crescimento da Companhia e ao mesmo tempo, a Pandemia ocasionada pela Covid-19, segundo as notas explicativas da Hapvida. Já no ano de 2022 esse aumento de 3,59 % aconteceu por conta de um aumento de cerca de R\$ 600.000 nas

despesas administrativas, por conta das depreciações e amortizações resultantes das incorporações no período.

4.2.4 Percentual de Despesa Comercial em relação à Receita de Contraprestações

A Figura 6 apresenta a evolução do índice Percentual de Despesa Comercial em relação às Receitas de Contraprestações e a tabela 5 apresenta os valores em porcentagem desse indicador. Esse indicador vai fornecer informações sobre a eficiência da gestão comercial de uma empresa, especialmente no contexto de operadoras de planos de saúde e seguros, um percentual baixo significa que a empresa está controlando bem suas despesas comerciais em relação à receita que gera e um percentual alto sugere que a empresa está gastando uma parcela significativa de sua receita em despesas comerciais.

Figura 5: Percentual de Despesa Comercial em relação à Receita de Contraprestações



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Tabela 6: Percentual de Despesa Comercial em relação à Receita de Contraprestações

DC/Período	2018	2019	2020	2021	2022
DC	6,30%	5,58%	5,50%	5,14%	5,56%

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Na operadora de saúde em estudo, os índices de Percentual de Despesa Comercial em relação à Receita de Contraprestações são baixos, o que representa algo positivo, pois indica que a empresa está gastando uma parcela menor da receita em despesas comerciais. Nesse caso, a empresa tem conseguido manter essas despesas sob controle. A maior variação

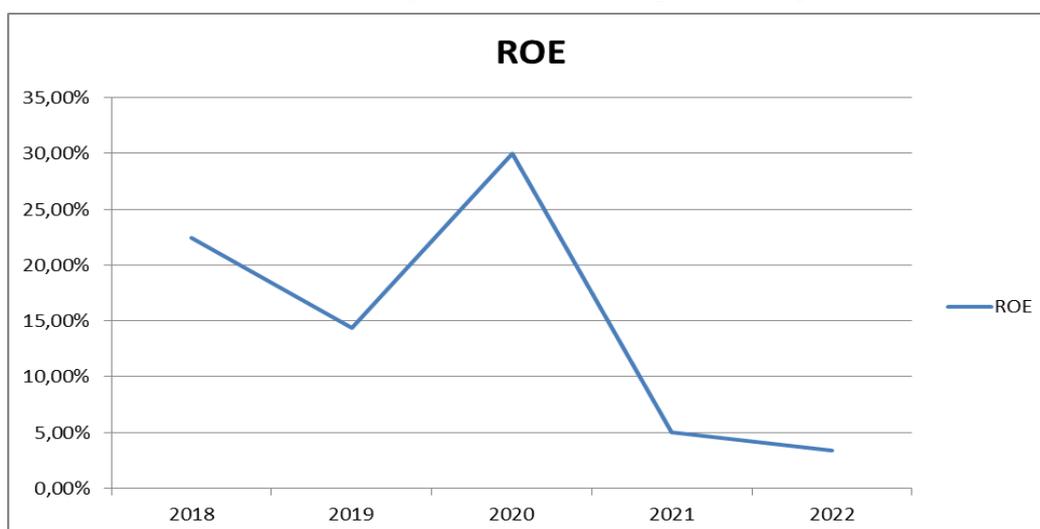
encontrada foi no ano de 2019 quando comparado com 2018, essa queda se deu por conta dos esforços da empresa para aumentar sua eficiência operacional.

4.2.5 Indicadores de rentabilidade

Nas Tabelas 6 e 7, e nas Figuras 7 e 8 serão apresentados os indicadores de rentabilidade, mais especificamente o de retorno sobre o patrimônio líquido e retorno sobre o ativo total. Esses indicadores ajudam a avaliar a eficiência e a rentabilidade de uma empresa. O primeiro é uma medida da rentabilidade que avalia o quão eficaz uma empresa é em gerar lucro líquido a partir do dinheiro investido pelos acionistas, e o segundo é uma medida da eficiência com a qual uma empresa utiliza seus ativos para gerar lucro. A interpretação desses indicadores é que quanto mais alto eles forem, melhor.

- **Retorno sobre o patrimônio líquido**

Figura 6: Retorno sobre o patrimônio líquido



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Tabela 7: Retorno sobre o patrimônio líquido

ROE/Período	2018	2019	2020	2021	2022
ROE	22,44%	14,38%	30,00%	5,06%	3,42%

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

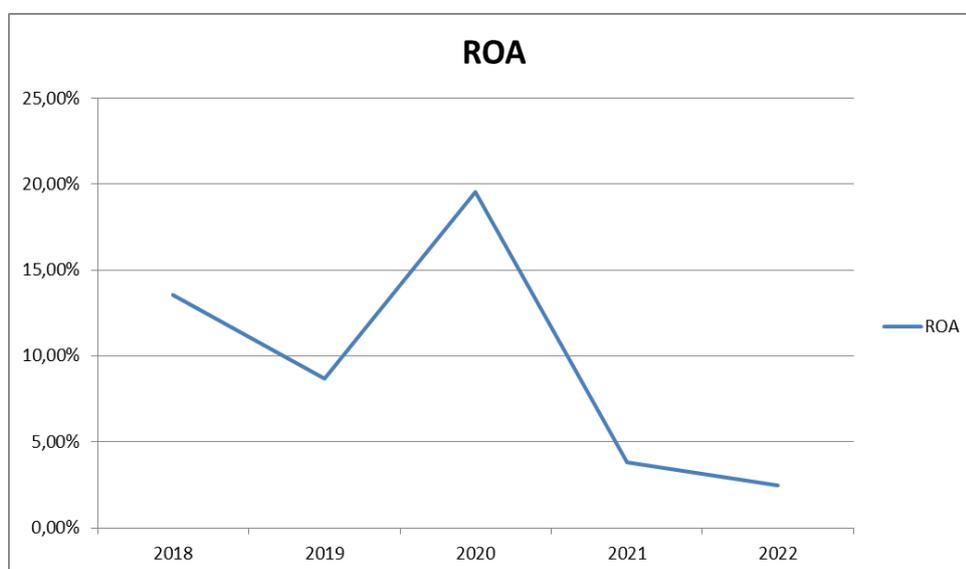
Observado a Figura 7 fica perceptível que existem variações significativas ao longo dos anos do valor do indicador de retorno sobre o patrimônio líquido. No ano de 2019, quando se comparado com o de 2018, houve uma queda de aproximadamente 8 p.p, isso

ocorreu por conta da diminuição no resultado líquido do período, decorrente do alto valor de eventos indenizáveis líquidos por conta do aumento na cobrança do ressarcimento ao SUS.

Já no ano de 2020, houve um aumento no indicador de aproximadamente 15 p.p, em decorrência de um aumento no resultado líquido, consequência de um aumento nas receitas e diminuição das despesas do período, conforme explicado no item 4.1. Ao observar o ano de 2021, o índice cai de 30% para 5,06%, isso ocorreu devido a uma diminuição no resultado líquido do período e principalmente por conta do aumento no capital social da empresa. O capital social aumentou em R\$ 3.756.081.000 com as movimentações societárias que ocorreram no período.

- **Retorno sobre o ativo total**

Figura 7: Retorno sobre o ativo total



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Tabela 8: Retorno sobre o ativo total

ROA/Período	2018	2019	2020	2021	2022
ROA	13,55%	8,68%	19,54%	3,83%	2,47%

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

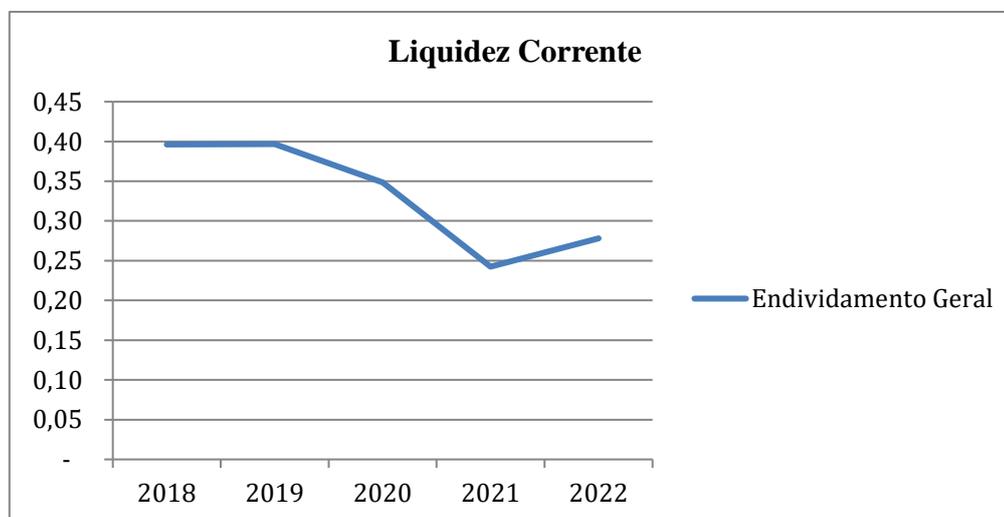
Com comportamento similar ao do ROE, o ROA apresenta resultado maior no ano de 2020 quando comparado com outros anos, isso ocorreu devido ao aumento no resultado líquido do período. A queda do índice no ano de 2021, quando comparado com o ano anterior, se deu por conta de um aumento de R\$ 4.717.187.000 nos ativos totais da operadora. Esse

aumento ocorreu majoritariamente no ativo não circulante, com destaque para as contas de aplicações livres e o intangível com a aquisição da carteira de clientes de outras empresas.

4.2.6 Liquidez Corrente

Este indicador mede a capacidade da empresa de transformar ativos em dinheiro para pagar suas dívidas e outras obrigações de curto prazo (SILVA, 2017). Quanto a interpretação deste índice, se o valor do indicador for maior do que 1, isso geralmente é considerado um sinal positivo. Significa que a empresa possui ativos de curto prazo suficientes para cobrir todas as suas dívidas de curto prazo. Se o valor for menor do que 1, isso pode ser um sinal de alerta. Indicaria que a empresa pode não ter recursos suficientes para cobrir todas as suas dívidas de curto prazo, o que pode levar a dificuldades financeiras.

Figura 8: Liquidez Corrente



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Tabela 9: Liquidez Corrente

Liquidez Corrente/Período	2018	2019	2020	2021	2022
Liquidez Corrente	1,47	1,70	2,37	1,35	1,51

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Fica evidente, de forma geral, que a operadora consegue pagar todas as suas dívidas de curto prazo, gerando valores que podem ser revertidos em investimentos. Olhando agora pelos anos, podemos perceber que em 2020 o valor do índice sofreu um aumento significativo, isso foi decorrente de um aumento no ativo circulante aproximadamente de 87%, referente a aumento na conta de aplicações financeiras. Já no ano de 2021 esse índice caiu bastante

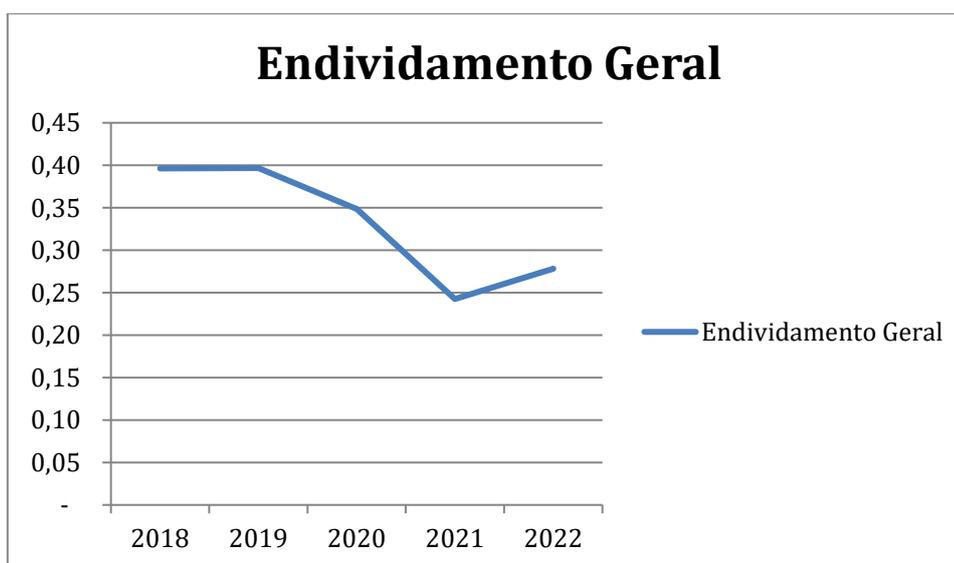
conforme demonstrado na Tabela 8, isso ocorreu devido a uma diminuição no ativo circulante e aumento do passivo circulante, esse aumento do passivo ocorreu por conta de um aumento nas provisões técnicas com contraprestações.

4.2.7 Indicadores de endividamento

Nas Figuras 10 e 11, e nas Tabelas 9 e 10 serão apresentados os indicadores de endividamento, mais especificamente o de Endividamento Geral e o Capital de terceiros sobre o Capital próprio. Segundo Silva (2017, p. 24) os índices de endividamento visam apresentar a situação financeira da empresa frente a suas dívidas, mostrando se a empresa utiliza mais de seus recursos próprios ou de terceiros para manter suas atividades. O primeiro fornece uma visão abrangente da proporção de dívidas em relação ao tamanho total dos ativos da empresa, e o segundo indica que, para cada real de dívidas com terceiros, existem x reais de capital próprio para cobrir essa dívida.

- **Endividamento Geral**

Figura 9: Endividamento Geral



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Tabela 10: Endividamento Geral

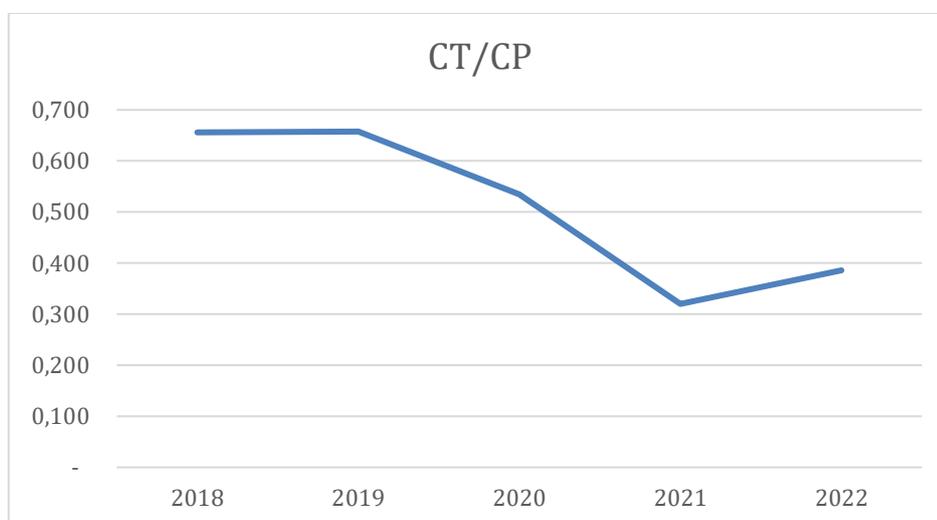
Endividamento Geral/Período	2018	2019	2020	2021	2022
Endividamento Geral	0,40	0,40	0,35	0,24	0,28

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

No geral podemos observar que, pelos valores apresentados desse indicador, a operadora em estudo não apresenta um alto índice de endividamento geral, indicando que ela tem uma baixa dependência de dívidas para financiar seus ativos. Isso é geralmente visto como positivo, pois indica menor risco financeiro e maior solidez patrimonial. Também vale destacar que no ano de 2021 houve uma redução desse indicador quando se comparado com o ano de 2020, ficando assim na faixa dos 0,24. Isso aconteceu por conta de um aumento no ativo em R\$ 4.717.187.000 em relação ao ano anterior, e a maior parte desse aumento se deu na conta de intangível e aplicações livres conforme já explicado no item 4.1.6.

- **Capital de terceiros sobre o Capital próprio**

Figura 10: Capital de terceiros sobre o capital próprio



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Tabela 11: Capital de terceiros sobre o capital próprio

CT/CP - Período	2018	2019	2020	2021	2022
CT/CP	0,65	0,65	0,53	0,32	0,38

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

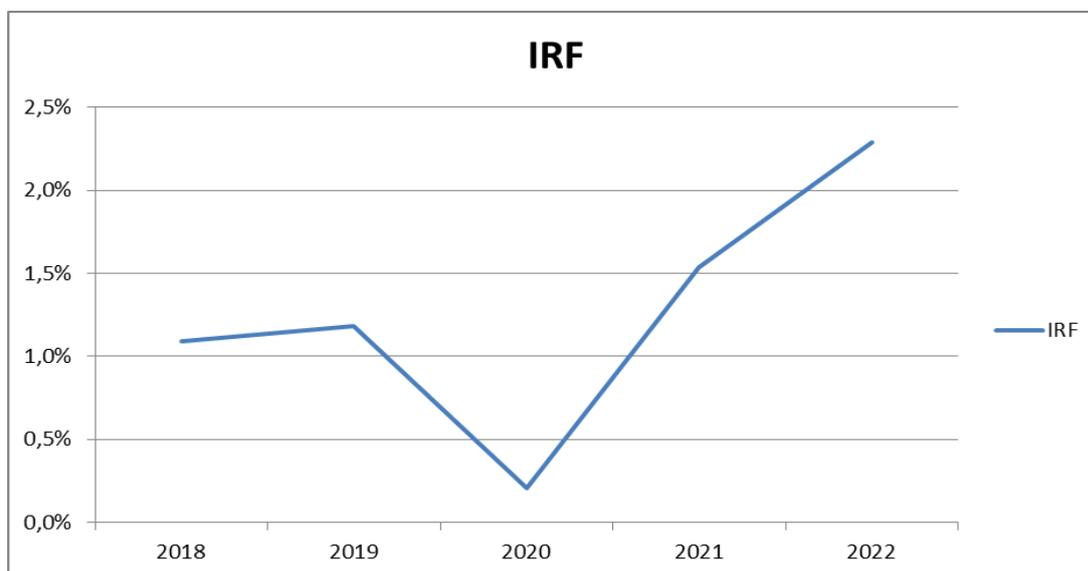
Quanto ao indicador de Capital de terceiros sobre o capital próprio, nos anos de 2018 e 2019, são apresentados índices com valores acima de 0,60, o que indica que a maior parte de seus ativos são financiados por dívidas, e isso pode aumentar o risco financeiro. Esse alto índice no ano de 2019 é explicado devido ao alto valor do passivo, por conta da provisão de

eventos referentes a ressarcimentos de despesas médicas ao SUS. Já no ano de 2021 houve uma diminuição desse índice e ele caiu para 0,320, isso aconteceu devido a um aumento significativo no capital social, decorrente das operações de cisões que ocorreram com a companhia Ultra Som Serviços Médicos S.A.

4.2.8 Índice de resultado financeiro

Nesta seção será apresentada a Figura 12 com a evolução do índice de resultado financeiro ao longo do período analisado, e a Tabela 11 com seus respectivos valores em percentuais. Este indicador vai medir a eficiência e o impacto das atividades financeiras de uma empresa em relação à sua receita. Um índice baixo indica que o resultado financeiro tem um impacto relativamente pequeno nas receitas da empresa e um índice alto sugere que o resultado financeiro é uma parte significativa das receitas da empresa.

Figura 11: Índice de resultado financeiro



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Tabela 12: Índice de resultado financeiro

IRF - Período	2018	2019	2020	2021	2022
IRF	1,09%	1,19%	0,21%	1,54%	2,29%

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Ao observar os resultados desse indicador, conseguimos perceber que existem variações significativas ao longo dos anos. No ano de 2020, quando comparado com o ano de 2019, houve uma queda de 0,98%, isso ocorreu por conta de uma diminuição no resultado do período de 2020, que caiu de R\$ 63.802.000 para R\$ - 12.575.000, com forte diminuição na receita de rendimentos de aplicações e aumento também na despesa com atualização monetária.

Já no ano de 2021, o índice voltou a alcançar valores de 1,54% por conta de um aumento no saldo das receitas com rendimentos de aplicações em mais de 150% e as despesas financeiras se mantiveram praticamente com os mesmos valores. Quando olhamos para 2022, percebemos que o índice subiu mais uma vez, e alcançou valores 2,29%, isso aconteceu pelo mesmo motivo do aumento no ano de 2021.

4.3 Análise Geral dos Indicadores

Para finalizarmos as análises, a Tabela 12 a seguir traz o geral de todos os indicadores que foram apresentados anteriormente, ao longo dos anos de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022. Esses indicadores fornecem, em linhas gerais, uma visão do desempenho da operadora em relação às estratégias aderidas durante os períodos analisados.

Tabela 13: Indicadores calculados

Indicadores/período	2018	2019	2020	2021	2022
MLL	6,55%	4,27%	12,56%	4,42%	2,47%
ROE	22,44%	14,38%	30,00%	5,06%	3,42%
Sinistralidade	70,13%	76,18%	63,58%	74,38%	76,13%
DA	11,35%	9,93%	10,30%	13,43%	17,05%
DC	6,30%	5,58%	5,50%	5,14%	5,56%
IRF	1,09%	1,19%	0,21%	1,54%	2,29%
Retorno sobre ativos	13,55%	8,68%	19,54%	3,83%	2,47%
LC	1,47	1,70	2,37	1,35	1,51
CT/CP	0,656	0,658	0,535	0,320	0,386
Endividamento geral	0,396	0,397	0,348	0,242	0,278

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

De acordo com esses indicadores, ao comparar os índices de 2018 e 2019 (antes da pandemia) com o de 2020 (durante a pandemia), a operadora aumentou seus resultados de

forma significativa, melhorando quase todos os seus índices. Esse resultado positivo é consequência do aumento das operações com planos de assistência à saúde e redução das despesas devido à redução dos atendimentos eletivos, principalmente nos períodos de pico da Pandemia.

Porém no ano de 2021, ano em que a pandemia foi mais letal para o Brasil (GLOBO, 2021), os indicadores financeiros tiveram uma forte queda em relação ao ano anterior. O motivo disso foi, principalmente, por conta das combinações de negócios realizadas e oriundas das reestruturações societárias. Trazendo para o lado da pandemia, a influência dela nesses indicadores, foi o aumento na receita líquida devido ao maior volume de atendimentos, e um grande aumento nas despesas com eventos indenizáveis líquidos.

No ano de 2022, ainda em um cenário de pandemia, onde “o comportamento social atingiu o patamar mais próximo da normalidade após dois anos da pandemia de Covid--19”, a análise dos indicadores para 2022 em comparação com 2021 mostra uma tendência de redução na rentabilidade, maior dependência de financiamento externo por parte da operadora (TOLEDO, 2022). A liquidez corrente e o índice de rentabilidade financeira apresentaram melhorias, mas outros indicadores financeiros indicam desafios em relação à gestão e estratégia da empresa. Esses resultados foram influenciados pelas movimentações societárias ocorridas no período, para entendermos melhor o quanto a empresa está gerando com suas atividades operacionais, sem as movimentações ligadas às atividades de investimento e financiamento, bem como tributos sobre o lucro, demonstramos o indicador EBITDA:

Tabela 14: EBITDA

EBITDA/ Período	2022	2021
EBITDA	634500	533500

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Esse indicador mostra o resultado da operação da empresa, esses números indicam que o EBITDA aumentou de 2021 para 2022, o que pode ser um sinal positivo para a empresa, sugerindo que suas operações principais foram mais lucrativas no ano de 2022 em comparação com 2021.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como propósito examinar os efeitos financeiros e econômicos em uma operadora de plano de saúde que segue o modelo de medicina em grupo. Essa operadora tem sede na região Nordeste do Brasil, e ela atua principalmente no norte e nordeste do país. Essa análise abordou os períodos pré-pandemia (2018 e 2019) e durante a pandemia de Covid-19 (2020 a 2022). Para atingir esse objetivo, coletamos informações disponíveis publicamente sobre a operadora em questão a partir do site da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e da Hapvida referentes aos anos de 2018 a 2022. Depois de reunir esses dados, realizamos o cálculo de indicadores financeiros e conduzimos uma análise detalhada dos mesmos.

Os resultados encontrados mostram que a operadora durante o período de 2020 obteve resultados positivos comparados com os anos de 2018 e 2019 devido ao aumento das operações com planos de assistência à saúde e redução das despesas devido à redução dos atendimentos eletivos. A redução dos atendimentos ocorreu devido a regulamentos e restrições aplicados pelos governos estaduais e municipais como parte das medidas de isolamento social destinadas a conter a propagação do vírus.

Já no ano de 2021 os resultados não foram muito positivos devido às reestruturações societárias que ocorreram na operadora de saúde, porém a pandemia fez com que se tivesse um aumento na receita do período, pelo maior número de atendimentos e um aumento nas despesas também, por conta desse aumento de atendimentos não se converter em internações que gerariam mais gastos médicos.

No ano de 2022, os índices caíram de maneira leve devido às movimentações societárias, entretanto quando olhamos para o índice EBITDA, observamos que houve uma melhora nesse indicador, demonstrando que naquele ano as operações principais foram mais lucrativas.

A limitação da pesquisa está na falta de dados para uma análise do ano de 2023, que traria um entendimento melhor do pós-pandemia. Uma limitação adicional foi que a pesquisa se concentrou exclusivamente em uma única operadora, impossibilitando a avaliação dos resultados em outras operadoras. Como sugestão para pesquisas futuras, recomenda-se analisar de maneira mais profunda os períodos pós-pandemia, e também fazer uma análise comparativa com outras operadoras de saúde de mesmo porte, para analisar se o comportamento se mantém.

6. REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (Rio de Janeiro). **Resumo sobre as modalidades organizacionais**. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/ans/pt-br/assuntos/operadoras/registro-e-manutencao-de-operadoras/registro-de-operadora/1/resumo-sobre-as-modalidades-organizacionais>. Acesso em: 20 ago. 2023.

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (BRASIL). Gov.br (org.). **23 anos: ANS sempre em evolução**. [S. l.], 27 jan. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/ans/pt-br/assuntos/noticias/sobre-ans/23-anos-ans-sempre-em-evolucao>. Acesso em: 25 ago. 2023

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (Rio de Janeiro). Histórico. [S. l.], 2020. Disponível em: http://www.ans.gov.br/anstabnet/cgi-bin/tabnet?dados/tabnet_br.def. Acesso em: 20 ago. 2023.

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (BRASIL). Gov.br (org.). **Histórico**. [S. l.], 23 jun. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/ans/pt-br/acao-a-informacao/institucional/quem-somos-1/historico>. Acesso em: 25 ago. 2023.

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR. Painel Contábil da Saúde Suplementar. **ANS**, 2023. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNjRiYTM0MjUtYjFhMy00NTI3LWE4ZGQtMDg4YzdlMzYwZjViliwidCI6IjlkYmE0ODBlLTRmYTctNDJmNC1iYmEzLTBmYjEzNzVmYmU1ZiJ9>. Acesso em: 15 jun. 2023.

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR. Dados Gerais: Tabelas de beneficiários de planos de saúde, taxas de crescimento e cobertura.. **ANS**, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/ans/pt-br/acao-a-informacao/perfil-do-setor/dados-gerais>. Acesso em: 01 jun. 2023.

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR. Planos de saúde: número de beneficiários é o maior em quase cinco anos. **ANS**, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/ans/pt-br/assuntos/noticias/covid-19/planos-de-saude-numero-de-beneficiarios-e-o-maior-em-quase-cinco-anos>. Acesso em: 25 maio 2023.

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR. Competências. **ANS**, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/ans/pt-br/acao-a-informacao/institucional/competencias>. Acesso em: 25 maio 2023.

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR. Dispõe as alíneas "a", "b" e "c" do inciso IV e parágrafo único do artigo 35-A da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, o inciso XLI do artigo 4º e inciso II do artigo 10, ambos da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, os §§ 2º e 3º do artigo 1º da Lei nº 10.185, de 12 de fevereiro de 2001 e o inciso IV do art. 42 da Resolução Regimental nº 21, de 26 de janeiro de 2022, em reunião realizada em 25 de abril de

2022, adotou a seguinte Resolução Normativa e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação. **Resolução Normativa N° 518, de 29 de abril de 2022**. Rio de Janeiro, 1 jun. 2022. Disponível em: <https://www.ans.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&task=textoLei&format=raw&id=NDIxNw==#anexo>. Acesso em: 4 set. 2023.

ALVARENGA, Darlan; GERBELLI, Luiz Guilherme; MARTINS, Raphael. Como a pandemia 'bagunçou' a economia brasileira em 2020. **G1.globo**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/12/12/como-a-pandemia-bagunçou-a-economia-brasileira-em-2020.ghtml>. Acesso em: 19 maio 2023.

ARAÚJO, Clara Larissa Pinto. **O IMPACTO DA PANDEMIA NAS FINANÇAS DE UMA OPERADORA DE PLANO DE SAÚDE: UM ESTUDO DE CASO**. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020.

ATRA, Pedro Garrido. ANÁLISE ECONÔMICA DE UMA FUSÃO DE EMPRESAS LÍDERES NO SETOR DE SAÚDE SUPLEMENTAR. **USP**, 2020. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/directbitstream/920ed27d-7c09-4e28-a940-03caeee0b9df/PedroGarridoAtra%20TCCPRO20.pdf>. Acesso em: 19 maio 2023.

BRAGA, Hugo Rocha. Demonstrações financeiras: estrutura, análise e interpretação. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

CONCEIÇÃO, Elaine Matos. **A IMPORTÂNCIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA ATOMADA DE DECISÕES**. Orientador: Edilourdes Vieira de Freitas Pitta. 2016. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (Término do Curso de Ciências Contábeis) - FACULDADE NOSSA SENHORA APARECIDA, Aparecida de Goiânia, 2016. Disponível em: <http://www.fanap.br/Repositorio/323.pdf>. Acesso em: 4 set. 2023.

FEDERAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. Covid-19 causa aumento de até de 5.275% nos custos dos planos de saúde com medicamentos de intubação. **fenasaude**, 2021. Disponível em: <https://fenasaude.org.br/noticias/covid-19-causa-aumento-de-ate-de-5-275-nos-custos-dos-planos-de-saude-com-medicamentos-de-intubacao.html>. Acesso em: 25 maio 2023.

GUEDES, Ana Raquel De Oliveira. Trabalho de Conclusão de Curso. **DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES LISTADAS NA B3 DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19**. JOÃO PESSOA: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2021.

GOMES, VICTOR. **Brasil possui o sistema de saúde mais ineficiente do mundo**. [S. l.], 25 fev. 2016. Disponível em: <https://economiasdeservicos.com/2016/02/25/brasil-possui-o-sistema-de-saude-mais-ineficiente-do-mundo/>. Acesso em: 25 ago. 2023.

HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA S.A. Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e relatório do auditor independente. **Hapvida**, 2022. Disponível em: https://www.hapvida.com.br/site/sites/default/files/file_management/pdfs/demonstracoes_financeiras_ham_2022.pdf. Acesso em: 26 jun. 2023.

HAPVIDA (Brasil). Demonstrações Financeiras. In: **Demonstrações Financeiras**. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.hapvida.com.br/site/demonstracoes-financeiras>. Acesso em: 4 set. 2023.

JORNAL NACIONAL (Brasil). Balanço indica que 2021 foi o ano mais letal da pandemia no país: Em 2020, foram 194.976 óbitos; este ano, mais do que o dobro: 424.133.. **JN**, Brasil, p. 2-19, 31 dez. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/12/31/balanco-indica-que-2021-foi-o-ano-mais-letal-da-pandemia-no-pais.ghtml>. Acesso em: 19 set. 2023.

LESSA, R. de S. (2021). O impacto da crise da Covid-19 no custo da operadora de saúde de capital aberto com o maior número de beneficiários do Brasil. Universidade Federal do Ceará.

LIMA, Roanna Figueiredo Mendonça. **Operadoras de plano de saúde e os impactos financeiros em um cenário de pandemia, Brasil, 2020**. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2021.

MARQUES, Tâmara Ribeiro Rosa *et al.* **Desempenho das operadoras de planos de saúde: antes e durante a pandemia**. Rio Grande do Norte: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2023. v. 15.

MATARAZZO, Dante Carmine. *Análise Financeira de Balanços: abordagem gerencial*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Painel Coronavírus. **Covid.saude**, 2023. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br>. Acesso em: 19 maio 2023.

OPAS. Histórico da pandemia de COVID-19. **Paho.org**, 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 15 maio 2023.

OPAS. OMS afirma que COVID-19 é agora caracterizada como pandemia. **Paho.org**, 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/news/11-3-2020-who-characterizes-covid-19-pandemic>. Acesso em: 15 maio 2023.

PEIXOTO, DAVID SOMBRA. **ANÁLISE DA NOVA REGRA DE PRECEDENTES VINCULANTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 NAS DECISÕES JUDICIAIS SOBRE SAÚDE SUPLEMENTAR**. Orientador: Dr. João Luís Nogueira

Matias. 2020. Dissertação (Mestre em Direito) - CENTRO UNIVERSITÁRIO 7 DE SETEMBRO, Fortaleza, 2020. Disponível em: <https://1library.org/document/qo5w1o37-centro-universit%C3%A1rio-setembro-programa-gradua%C3%A7%C3%A3o-direito-sombra-peixoto.html>. Acesso em: 29 ago. 2023.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº LEI Nº 9.656, de 3 de junho de 1998**. Casa Civil. [S. l.], 3 jun. 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19656compilado.htm#:~:text=L9656compilado&text=LEI%20N%C2%BA%209.656%2C%20DE%20JUNHO%20DE%201998.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20os%20planos%20e%20seguros%20privados%20de%20assist%C3%A2ncia%20%C3%A0%20sa%C3%BAde.&text=%C2%A7%205o%20%C3%89%20vedada,privado%20de%20assist. Acesso em: 29 ago. 2023.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº LEI Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000**. Casa Civil. [S. l.], 3 jun. 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19961.htm. Acesso em: 29 ago. 2023.

REIS, Arnaldo. **Demonstrações Contábeis: Estruturas e análise**. 3º. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=HSxrDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT5&dq=demonstra%C3%A7%C3%B5es+cont%C3%A1beis+&ots=6TNuKzL-Rs&sig=stRdAnDyxRBdEpu5Kg1xMLJseqs#v=onepage&q=demonstra%C3%A7%C3%B5es%20cont%C3%A1beis&f=false>. Acesso em: 2 set. 2023.

REIS, Arnaldo Carlos de Rezende. **Demonstrações contábeis: estrutura e análise**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

REIS, Tiago. Margem líquida: entenda como analisar esse indicador de lucratividade. **Suno**, Suno Artigos, p. 1-25, 8 dez. 2017. Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/margem-liquida/>. Acesso em: 10 set. 2023.

REIS, Tiago. Sinistralidade: entenda os detalhes dessa importante métrica. **Suno**, Suno Artigos, p. 1-25, 8 dez. 2017. Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/sinistralidade/>. Acesso em: 10 set. 2023.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e análise de balanços**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

SILVA, Carlos Magno Costa *et al.* **Análise das Metodologias e Técnicas de Pesquisas sobre os Ativos Intangíveis nos Eventos da Área Contábil no Brasil**. Alto Vale do Itajaí: Universidade do Estado de Santa Catarina, 2016.

SILVA, Karla Thays Barbosa Da Silva. **UMA ANÁLISE ECONÔMICA-FINANCEIRA DO INSTITUTO DE RESSEGUROS DO BRASIL (IRB) ANTES E APÓS A LEI**

COMPLEMENTAR 126/07. RECIFE: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 2017.

SILVA, Bernardino José da Silva; LARA, Rafael da Cunha. **Análise das Demonstrações Contábeis I**. 5ª. ed. rev. Palhoça: UnisulVirtual, 2014. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/21995/1/fulltext.pdf>. Acesso em: 4 set. 2023.

TOLEDO, Marina. Covid em 2022: queda de mortes, aumento de casos, autotestes e descobertas: Ano em que o Brasil avançou na vacinação, diminuiu as medidas restritivas e retomou – na medida do possível – a "vida normal". CNN, São Paulo, p. 3-12, 28 dez. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/covid-em-2022-queda-de-mortes-aumento-de-casos-autotestes-e-descobertas/#:~:text=autotestes%20e%20descobertas-.Covid%20em%202022%3A%20queda%20de%20mortes%2C%20aumento,de%20casos%2C%20autotestes%20e%20descobertas&text=Em%202022%2C%20o%20comportamento%20social,de%20mortes%20e%20perdas%20irrepar%C3%A1veis>. Acesso em: 16 set. 2023.7

UNA-SUS. Coronavírus: Brasil confirma primeiro caso da doença. **Unasus.gov**, 2020. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/coronavirus-brasil-confirma-primeiro-caso-da-doenca>. Acesso em: 19 maio 2023.

ANEXO

Tabela 15: Balanço Patrimonial 2018

BALANÇO PATRIMONIAL - 2018	
1 - ATIVO	R\$ 2.264.041.431,32
12 - ATIVO CIRCULANTE	R\$ 997.002.255,40
121 - DISPONÍVEL	R\$ 119.700.795,46
122 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R\$ 597.119.631,93
123 - CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	R\$ 141.564.707,15
125 - DESPESAS DIFERIDAS	R\$ 88.164.075,19
126 - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS	R\$ 19.226.083,59
127 - BENS E TÍTULOS A RECEBER	R\$ 20.058.472,19
128 - DESPESAS ANTECIPADAS	R\$ 11.168.489,89
13 - ATIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 2.264.041.431,32
134 - INTANGÍVEL	R\$ 68.167.195,91
133 - IMOBILIZADO	R\$ 28.338.955,75
132 - INVESTIMENTOS	R\$ 16.064.483,46
131 - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	R\$ 1.154.468.540,80
2 - PASSIVO	R\$ 2.264.041.431,32
21 - PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 679.007.669,35
211 - PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	R\$ 429.958.037,17
213 - DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	R\$ 65.180.516,47
216 - TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	R\$ 54.797.442,70
218 - DÉBITOS DIVERSOS	R\$ 129.071.673,01
23 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 217.811.104,80
235 - PROVISÕES	R\$ 213.463.561,07
236 - TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	R\$ 1.706.442,91

238 - DÉBITOS DIVERSOS	R\$ 2.641.100,82
25 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO / PATRIMÔNIO SOCIAL	R\$ 1.367.222.657,17
251 - CAPITAL SOCIAL/PATRIMÔNIO SOCIAL	R\$ 921.719.929,00
253 - RESERVAS	R\$ 138.647.357,72
256 - LUCROS/PREJUÍZOS-SUPERÁVITS/DÉFICITS ACUMULADOS ou RESULTADO	R\$ 306.855.370,45

Fonte: ANS (2023)

Tabela 16: Demonstração do resultado do exercício 2018

DRE - 2018	
3 - RECEITAS	R\$ 4.816.256.506,10
31 - RECEITAS COM OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	R\$ 4.760.972.400,48
32 - (-) TRIBUTOS DIRETOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	-R\$ 75.198.196,91
33 - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	R\$ 12.251.503,40
35 - RECEITAS FINANCEIRAS	R\$ 118.222.461,05
36 - RECEITAS PATRIMONIAIS	R\$ 8.338,08
4 - DESPESAS	R\$ 4.360.278.410,70
41 - EVENTOS INDENIZÁVEIS LÍQUIDOS / SINISTROS RETIDOS	R\$ 3.286.267.049,77
43 - DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO	R\$ 295.373.247,28
44 - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	R\$ 173.449.472,37
45 - DESPESAS FINANCEIRAS	R\$ 67.141.519,46
46 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS	R\$ 531.771.302,25
47 - DESPESAS PATRIMONIAIS	R\$ 6.275.819,57
6 - CONTAS DE DESTINAÇÃO/APURAÇÃO DE RESULTADO	R\$ 149.122.724,97
61 - IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES SOBRE O LUCRO	R\$ 149.122.724,97

Fonte: ANS (2023)

Tabela 17: Balanço Patrimonial 2019

BALANÇO PATRIMONIAL - 2019	
ATIVO	R\$ 2.647.033.783,02
12 - ATIVO CIRCULANTE	R\$ 1.348.556.444,99
121 - DISPONÍVEL	R\$ 95.300.686,24
122 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R\$ 927.736.389,36
123 - CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	R\$ 147.668.917,34

125 - DESPESAS DIFERIDAS	R\$ 97.861.077,92
126 - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS	R\$ 23.434.138,95
127 - BENS E TÍTULOS A RECEBER	R\$ 48.913.370,20
128 - DESPESAS ANTECIPADAS	R\$ 7.641.864,98
13 - ATIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 1.298.477.338,03
131 - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	R\$ 1.024.865.181,14
132 - INVESTIMENTOS	R\$ 140.750.503,74
133 - IMOBILIZADO	R\$ 30.468.511,14
134 - INTANGÍVEL	R\$ 102.393.142,01
PASSIVO	R\$ 2.647.033.783,02
21 - PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 791.469.640,35
211 - PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	R\$ 632.813.726,44
213 - DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	R\$ 884.814,40
216 - TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	R\$ 54.824.779,83
218 - DÉBITOS DIVERSOS	R\$ 102.946.319,68
23 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 258.368.138,80
235 - PROVISÕES	R\$ 239.600.029,51
236 - TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	R\$ 1.704.832,15
238 - DÉBITOS DIVERSOS	R\$ 17.333.277,14
25 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO / PATRIMÔNIO SOCIAL	R\$ 1.596.926.003,87
251 - CAPITAL SOCIAL/PATRIMÔNIO SOCIAL	R\$ 921.719.929,00
253 - RESERVAS	R\$ 675.206.074,87
256 - LUCROS/PREJUÍZOS-SUPERÁVITS/DÉFICITS ACUMULADOS ou RESULTADO	R\$ 0,00

Fonte: ANS (2023)

Tabela 18: Demonstração do resultado do exercício 2019

DRE - 2019	
3 - RECEITAS	R\$ 5.538.938.140,70
31 - RECEITAS COM OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	R\$ 5.457.241.900,32
32 - (-) TRIBUTOS DIRETOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	-R\$ 73.936.969,96
33 - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	R\$ 10.873.384,46
35 - RECEITAS FINANCEIRAS	R\$ 143.165.699,06

36 - RECEITAS PATRIMONIAIS	R\$ 1.594.126,82
4 - DESPESAS	R\$ 5.179.749.676,50
41 - EVENTOS INDENIZÁVEIS LÍQUIDOS / SINISTROS RETIDOS	R\$ 4.100.859.278,95
43 - DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO	R\$ 300.241.357,82
44 - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	R\$ 151.119.435,20
45 - DESPESAS FINANCEIRAS	R\$ 79.364.366,68
46 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS	R\$ 534.535.523,41
47 - DESPESAS PATRIMONIAIS	R\$ 13.629.714,44
6 - CONTAS DE DESTINAÇÃO/APURAÇÃO DE RESULTADO	R\$ 129.485.117,51
61 - IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES SOBRE O LUCRO	R\$ 129.485.117,51

Fonte: ANS (2023)

Tabela 19: Balanço Patrimonial 2020
BALANÇO PATRIMONIAL - 2020

ATIVO	R\$ 3.903.694.377,80
12 - ATIVO CIRCULANTE	R\$ 2.538.529.649,27
121 - DISPONÍVEL	R\$ 81.047.476,89
122 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R\$ 1.990.968.146,63
123 - CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	R\$ 241.029.927,11
124 - CRÉDITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA	R\$ 0,00
125 - DESPESAS DIFERIDAS	R\$ 104.311.788,40
126 - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS	R\$ 31.473.085,04
127 - BENS E TÍTULOS A RECEBER	R\$ 79.028.404,79
128 - DESPESAS ANTECIPADAS	R\$ 10.670.820,41
13 - ATIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 1.365.164.728,53
131 - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	R\$ 844.918.527,21

132 - INVESTIMENTOS	R\$ 114.474.287,96
133 - IMOBILIZADO	R\$ 96.361.854,27
134 - INTANGÍVEL	R\$ 309.410.059,09
PASSIVO	R\$ 3.903.694.377,86
21 - PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 1.069.575.863,98
211 - PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	R\$ 893.406.781,62
213 - DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	R\$ 1.544.248,86
216 - TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	R\$ 122.388.711,07
218 - DÉBITOS DIVERSOS	R\$ 52.236.122,43
23 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 290.519.400,68
231 - PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	R\$ 295.432,45
235 - PROVISÕES	R\$ 266.196.123,59
236 - TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	R\$ 4.350.769,06
238 - DÉBITOS DIVERSOS	R\$ 19.677.075,58
25 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO / PATRIMÔNIO SOCIAL	R\$ 2.543.599.113,20
251 - CAPITAL SOCIAL/PATRIMÔNIO SOCIAL	R\$ 1.147.490.948,00
253 - RESERVAS	R\$ 1.396.108.165,20
256 - LUCROS/PREJUÍZOS- SUPERÁVITS/DÉFICITS ACUMULADOS ou RESULTADO	R\$ 0,00

Fonte: ANS (2023)

Tabela 20: Demonstração do resultado do exercício 2020

DRE - 2020	
3 - RECEITAS	R\$ 6.222.685.748,29
31 - RECEITAS COM OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	R\$ 6.182.896.781,63

32 - (-) TRIBUTOS DIRETOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	-R\$ 108.282.631,30
33 - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	R\$ 10.616.467,78
35 - RECEITAS FINANCEIRAS	R\$ 83.561.451,47
36 - RECEITAS PATRIMONIAIS	R\$ 53.893.678,71
4 - DESPESAS	R\$ 5.109.487.006,49
41 - EVENTOS INDENIZÁVEIS LÍQUIDOS / SINISTROS RETIDOS	R\$ 3.861.948.323,39
43 - DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO	R\$ 334.185.185,21
44 - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	R\$ 180.148.245,53
45 - DESPESAS FINANCEIRAS	R\$ 96.136.301,27
46 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS	R\$ 625.422.968,99
47 - DESPESAS PATRIMONIAIS	R\$ 11.645.982,10
6 - CONTAS DE DESTINAÇÃO/APURAÇÃO DE RESULTADO	R\$ 350.235.888,03
61 - IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES SOBRE O LUCRO	R\$ 350.235.888,03

Fonte: ANS (2023)

Tabela 21: Balanço Patrimonial 2021

BALANÇO PATRIMONIAL - 2021

ATIVO	R\$ 8.620.881.120,28
12 - ATIVO CIRCULANTE	R\$ 2.009.811.530,38
121 - DISPONÍVEL	R\$ 126.831.576,22
122 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R\$ 1.275.293.811,77
123 - CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	R\$ 249.678.812,36
124 - CRÉDITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA	R\$ 0,00
125 - DESPESAS DIFERIDAS	R\$ 126.129.964,80
126 - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS	R\$ 93.174.483,86
127 - BENS E TÍTULOS A RECEBER	R\$ 125.162.001,63
128 - DESPESAS ANTECIPADAS	R\$ 13.540.879,74
13 - ATIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 6.611.069.589,90
131 - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	R\$ 2.633.610.497,29
132 - INVESTIMENTOS	R\$ 581.349.708,26
133 - IMOBILIZADO	R\$ 164.308.086,35
134 - INTANGÍVEL	R\$ 3.231.801.298,00

PASSIVO	R\$ 8.620.881.119,93
21 - PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 1.490.106.187,56
211 - PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	R\$ 1.257.977.219,00
213 - DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	R\$ 3.279.560,75
215 - PROVISÕES	R\$ 8.480.594,38
216 - TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	R\$ 61.463.234,43
217 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR	R\$ 3.456.484,49
218 - DÉBITOS DIVERSOS	R\$ 155.449.094,51
23 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 600.258.320,37
231 - PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	R\$ 129.270.776,70
235 - PROVISÕES	R\$ 337.341.264,30
236 - TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	R\$ 5.929.919,35
237 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR	R\$ 1.108.221,22
238 - DÉBITOS DIVERSOS	R\$ 126.608.138,80
25 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO / PATRIMÔNIO SOCIAL	R\$ 6.530.516.612,00
251 - CAPITAL SOCIAL/PATRIMÔNIO SOCIAL	R\$ 4.903.571.773,00
253 - RESERVAS	R\$ 1.626.944.839,00
255 - (-) AÇÕES EM TESOURARIA	R\$ 0,00
256 - LUCROS/PREJUÍZOS- SUPERÁVITS/DÉFICITS ACUMULADOS ou RESULTADO	R\$ 0,00

Fonte: ANS (2023)

Tabela 22: Demonstração do resultado do exercício 2021

DRE - 2021	
3 - RECEITAS	R\$ 7.760.517.081,62
31 - RECEITAS COM OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	R\$ 7.591.546.725,83
32 - (-) TRIBUTOS DIRETOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	-R\$ 114.453.746,40
33 - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	R\$ 15.943.386,52
35 - RECEITAS FINANCEIRAS	R\$ 189.590.224,09

36 - RECEITAS PATRIMONIAIS	R\$ 77.890.491,58
4 - DESPESAS	R\$ 7.311.790.263,56
41 - EVENTOS INDENIZÁVEIS LÍQUIDOS / SINISTROS RETIDOS	R\$ 5.561.312.233,33
43 - DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO	R\$ 384.574.006,19
44 - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	R\$ 245.408.306,46
45 - DESPESAS FINANCEIRAS	R\$ 74.679.118,99
46 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS	R\$ 1.003.873.578,81
47 - DESPESAS PATRIMONIAIS	R\$ 41.943.019,78
6 - CONTAS DE DESTINAÇÃO/APURAÇÃO DE RESULTADO	R\$ 118.315.665,89
61 - IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES SOBRE O LUCRO	R\$ 118.315.665,89

Fonte: ANS (2023)

Tabela 23: Balanço Patrimonial 2022

BALANÇO PATRIMONIAL - 2022

ATIVO	R\$ 9.692.554.145,18
12 - ATIVO CIRCULANTE	R\$ 2.852.338.813,31
121 - DISPONÍVEL	R\$ 121.225.909,71
122 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R\$ 1.714.808.035,52
123 - CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	R\$ 347.517.422,53
124 - CRÉDITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA	R\$ 0,00
125 - DESPESAS DIFERIDAS	R\$ 149.528.415,13
126 - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS	R\$ 185.758.160,76
127 - BENS E TÍTULOS A RECEBER	R\$ 285.511.445,53
128 - DESPESAS ANTECIPADAS	R\$ 47.989.424,13
13 - ATIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 6.840.215.331,87
131 - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	R\$ 2.193.860.022,78
132 - INVESTIMENTOS	R\$ 122.349.305,76
133 - IMOBILIZADO	R\$ 231.187.100,33
134 - INTANGÍVEL	R\$ 4.292.818.903,00

PASSIVO	R\$ 9.692.554.145,16
21 - PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 1.895.034.912,92
211 - PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	R\$ 1.588.111.119,90
213 - DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	R\$ 13.069.542,08
215 - PROVISÕES	R\$ 8.480.594,38
216 - TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	R\$ 102.715.602,86
217 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR	R\$ 1.149.688,13
218 - DÉBITOS DIVERSOS	R\$ 181.508.365,57
23 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 801.968.704,75
231 - PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	R\$ 306.971.369,40
235 - PROVISÕES	R\$ 421.086.700,24
236 - TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	R\$ 10.049.887,20
237 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR	R\$ 0,00
238 - DÉBITOS DIVERSOS	R\$ 63.860.747,91
25 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO / PATRIMÔNIO SOCIAL	R\$ 6.995.550.527,49
251 - CAPITAL SOCIAL/PATRIMÔNIO SOCIAL	R\$ 6.813.276.733,00
252 - ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	R\$ 0,00
253 - RESERVAS	R\$ 182.273.794,49
256 - LUCROS/PREJUÍZOS-SUPERÁVITS/DÉFICITS ACUMULADOS ou RESULTADO	R\$ 0,00

Fonte: ANS (2023)

Tabela 24: Demonstração do resultado do exercício 2022

DRE - 2022

3 - RECEITAS	R\$ 10.536.775.552,78
31 - RECEITAS COM OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	R\$ 9.813.329.171,67
32 - (-) TRIBUTOS DIRETOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	-R\$ 131.727.694,70
33 - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	R\$ 341.169.959,47
35 - RECEITAS FINANCEIRAS	R\$ 334.652.270,20
36 - RECEITAS PATRIMONIAIS	R\$ 179.351.846,14
4 - DESPESAS	R\$ 10.318.847.987,03
41 - EVENTOS INDENIZÁVEIS LÍQUIDOS / SINISTROS RETIDOS	R\$ 7.351.368.727,78
43 - DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO	R\$ 542.914.135,69
44 - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	R\$ 625.296.428,24
45 - DESPESAS FINANCEIRAS	R\$ 113.137.083,34
46 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS	R\$ 1.663.792.357,56
47 - DESPESAS PATRIMONIAIS	R\$ 22.339.254,42
6 - CONTAS DE DESTINAÇÃO/APURAÇÃO DE RESULTADO	-R\$ 21.424.778,37
61 - IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES SOBRE O LUCRO	-R\$ 21.424.778,37

Fonte: ANS (2023)